

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - PPGPE

RAMON MATTOS CÂMARA

ESTUDO DE CASO: O SINDICATO FORMANDO O PROFESSOR

SÃO CARLOS

2020

RAMON MATTOS CÂMARA

ESTUDO DE CASO: O SINDICATO FORMANDO O PROFESSOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito obrigatório à defesa do mestrado profissional em Educação.

Orientador: Prof^o Dr. Douglas Aparecido de Campos.

SÃO CARLOS - SP

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Ramon Mattos Camara, realizada em 22/05/2020, com o título: O Sindicato como espaço de formação política do professorado

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Douglas Aparecido de Campos (UFSCar), participando à distância

Prof. Dr. Fernando Stanzione Galizia (UFSCar), participando à distância

Prof. Dr. Abel Gustavo Garay González (UNESP), participando à distância

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Julgadora, consta no Sistema Eletrônico de Informações da UFSCar (SEI) e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela vida, à ciência e à toda forma de saberes que nos auxiliam a entendermos melhor o mundo em que vivemos e a nos situar nele.

A meu orientador, Professor Doutor Douglas Aparecido de Campos, pela compreensão contextual e pela grande ajuda com as orientações.

Aos professores que formaram a banca de defesa, pelas indicações preciosas e todo profissionalismo.

Ao Programa de Mestrado Profissional em Educação (PPGPE), pela oportunidade de cursar esse mestrado, pelo apoio da secretaria e demais setores.

A minha esposa Hellen Cristina Xavier da Silva Mattos, pela companhia, pela força, pelo amor em seus atos. A minha filha Sofia Xavier Mattos, pela alegria que traz à casa.

*Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida
Estes são os imprescindíveis.*

Bertolt Brecht

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar, discutir e investigar a contribuição do sindicato para a formação política docente compondo o desenvolvimento profissional de professores efetivos da Educação Básica, atuantes na rede estadual de São Paulo, município de São Carlos. Para atender esse objetivo, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: levantamento teórico sobre a política e seus desdobramentos na educação; análise documental sobre o sindicato em que os professores estão vinculados; e entrevista semiestruturada com o representante estadual do mesmo sindicato. Com os dados obtidos identificamos que a política tem duas dimensões: a primeira se refere à dimensão organizativa da sociedade e a segunda é sobre a atribuição de valores nas relações interpessoais. A conscientização política dos professores é essencial para que o sindicato possa desenvolver o seu trabalho, como também é importante para ter clareza sobre a aproximação que a educação tem com a política e seus desdobramentos na sociedade. Os dados da pesquisa de campo apontam que o sindicato atua com propostas para a formação política a partir de uma educação não formal intencionalmente estruturada com reuniões e debates na entidade, como também nas diferentes ações sindicais que provocam e alertam os professores sobre a situação social da educação. As contribuições dessas atuações formativas podem auxiliar não apenas o engajamento nas mobilizações e movimentos sociais, mas também para a compreensão política sobre a profissão docente, sobre as possibilidades de mudança social, além de contribuir para a formação dos alunos para a cidadania

Palavras-chave: Formação docente; Profissão docente; Educação básica; Política; Sindicato.

ABSTRACT

This paper has, as goal, to analyze, discuss and investigate the contributions of the syndicate in the teachers' political formation; it compounds the professional development of teachers from the Elementary Education, acting in the state's networking in São Paulo, in the city of São Carlos. In order to achieve this goal, two instruments to collect data were used: theoretical upbringing about the politics and its consequences towards education; documental analysis about the syndicate that the teachers are part of; and semi-structured interviews with the state's representant from the same syndicate. With the data obtained, we were able to identify that the policy has two dimensions: the first is about the society's organizational dimension and the second is about the attribution of value in inter-personal relations. The teachers' political conscience is imperative so that the syndicate might develop its work, thus, also, it is important to be sure about the approximation that the education has with the politics and its consequences in society. The data from the field search indicate that the syndicate acts with political formation proposes to the political formation from a non-formal-intentionally-structured education with meetings and debates in the entity, as much as in different syndicate's actions that provoke the teachers regarding the education's social situation. The contributions of these forming actions may help, not only the commitment in the social movements' mobilizations, but also to comprehend the politics about the teaching profession, about the possibilities of social change and, besides, to contribute in the students' formation to be citizens.

Keywords: Teaching Formation; Teaching Profession; Elementary Education; Politics; Syndicate.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Tempo de docência dos participantes

45

LISTA DE ABREVIATURAS

APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APESNOESP	Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo
CER	Conselho Estadual de Representantes
CPEU	Comissão Pró-Entidade Única
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
MOAP	Movimento de Oposição Aberta dos Professores
MUP	Movimento de União dos Professores
PCI	Partido Comunista Italiano
PL	Projeto de Lei
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. FORMAÇÃO POLÍTICA PARA A VIDA	19
3. DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS PARA A EDUCAÇÃO	27
4. O SINDICATO NA FORMAÇÃO POLÍTICA DOCENTE	35
4.1 Histórico da APEOESP: breve apontamentos	35
4.2 APEOESP: finalidades e princípios organizativos	36
5. METODOLOGIA	41
5.1 Local da pesquisa	41
5.2 Instrumentos metodológicos	42
5.3 Procedimentos metodológicos	43
5.4 Os participantes da pesquisa	45
5.5 Discussão e análise dos resultados	46
6. AÇÕES SINDICAIS E FORMATIVAS: ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES DO SINDICATO	48
6.1 Função do sindicato	48
6.2 Condições de trabalho e envolvimento docente com o sindicato	50
6.3 A formação do professor	53
6.4 Contribuições do sindicato	58
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
ANEXO A	67
APÊNDICE A	70
APÊNDICE B	72

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado se insere nas discussões das ciências da educação, no campo da formação política docente. Especificamente, a investigação se refere ao envolvimento do sindicato, no nosso caso, uma seção do interior do Estado do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), na condução ou não de uma formação continuada com os professores e da formação política.

A formação docente ocorre ao longo da vida. Não obstante entendemos que essa função começa e se perpetua ainda no que hoje é chamado de Ensino Fundamental (CARVALHO; MAKNAMARA; DANTAS, 2017). Sou filho de um falecido Físico da Universidade de São Paulo (USP) e, como se estereotipa, ele era uma pessoa bastante rígida em termos educacionais e de criação, o que fez com que eu fosse submetido a um regime de estudos muito profundo e sistematizado, principalmente nos primeiros anos do que chamávamos de primário. Esse regime educacional familiar constava de estudos sobre a disciplina de matemática, primordialmente, referentes ao ano seguinte de minha formação. Então ele me fazia estudar os conteúdos de matemática da segunda série enquanto eu cursava a primeira. Todos os dias, logo após o almoço eram algumas horas seguidas por outras já referentes a lição de casa do dia. Lembro que, às vezes, eu não podia sair da mesa enquanto não entendesse algum conteúdo, como divisão de números. Lembro o que senti quando consegui entender e pude sair daquela mesa, daquelas reações resultantes da óbvia dificuldade em entender algo feito para quem já havia passado pela fase que eu me encontrava.

O fato é que esse trabalho pedagógico exercido pelo meu pai foi sentido em minhas experiências em sala de aula. Me lembro que minha professora da quarta série, no final da década de 1980 em São Paulo, pedia para eu tentar ensinar meus colegas a entenderem o processo de cálculos matemáticos, isso quando já esgotavam suas alternativas metodológicas. Algumas vezes eu consegui. Lembro que eu ia à lousa e adorava escrever nela. Meu pai também me passou um lindo conceito que carrego até hoje, ele dizia: “aprende melhor quem ensina”; ou, “o melhor jeito de aprender é ensinando”; também, “aquele que ensina aprende duas vezes”. De qualquer forma, o conceito era sempre o mesmo. Acredito que aqui se iniciou minha formação docente.

A escolha pela licenciatura não teve exatamente a ver com a docência no ensino formal, meu maior interesse residia em ensinar a atores. Eu pensava em criar um método específico e abrangente em termos do que já se tem na literatura sobre a preparação de elenco. Dessa maneira, eu entendia que se dominasse a técnica para ensinar jovens da rede pública estudantil

então eu conseguiria ensinar qualquer outra pessoa. Pelo desafio que tal empreendimento significa, à saber, ensinar teatro em condições de trabalho adversas que já se compreendia e para um público pouco interessado, como eu os entendia.

No processo de formação tive a oportunidade de fazer estágio em uma escola pública modelo em Curitiba, onde, por exemplo, nós professores de Arte tínhamos a prioridade de atuar somente em nossa área específica, no meu caso teatro. O colégio também disponibilizava professores para as outras das quatro linguagens da arte. Portanto, ainda tínhamos professores especialistas em Dança, Música e (não somente) a tradicional Artes Visuais ou a antiga Educação Artística que era toda ministrada por um único professor polivalente. Mas a cada bimestre, a turma era dividida por dois professores especialistas em linguagens artísticas diferentes. Em uma ocasião eu dividia uma turma com um professor de música, que tinha sua sala com piano e diferentes instrumentos musicais, lousa com linhas para partitura, livros e etc. Enquanto eu levava a minha metade para uma sala destinada só à aula de teatro. Tratava-se de um ambiente todo tablado, com figurinos, livros, maquiagens, cenários, sistema de áudio, iluminação e, enfim, estrutura específica para teatro. O colégio é mantido pelo Estado do Paraná e, na época, por regime de autarquia. O que permitiu que depois de uma excelente atuação no estágio, e exatamente nas aulas ministradas naquela instituição, pude ser chamado na época pela coordenadora da área de Arte do Colégio, para conversar sobre a possibilidade de eu entrar para o quadro de professores. E isso então foi feito.

Essa contratação profissional, não como efetiva e sim temporária, provocou um convite para assumir uma disciplina no setor de cursos profissionalizantes da instituição, mais precisamente no curso profissionalizante para atores, intitulado “Ator Cênico”. Uma experiência bastante gratificante e com muitos momentos preciosos. Foram três anos lecionando naquele estabelecimento de ensino público estadual. A necessidade de mudança para São Carlos levou ao término do trabalho no Colégio. Nesse trabalho pude ter visto, paulatinamente, o que a arte e o teatro podem fazer para os estudantes de ensino médio e os de jovens adultos no profissionalizante. Assim, comecei a compreender a necessidade de considerar o perfil dos alunos, traçar um diagnóstico individual e coletivo para atuar em cima de questões pertinentes, próprias do aluno e do grupo formado a cada ano.

Quando cheguei em São Carlos, logo entrei para a rede estadual paulista como professor contratado em processo seletivo simplificado para atuar na disciplina de Arte, sendo posteriormente efetivado por meio da aprovação em concurso público. O período de docência no Estado de São Paulo trouxe experiências diversificadas em diferentes anos do ensino fundamental e médio. Também foi nesse período que há âmbitos constituintes da identidade

docente que são pouco percebidos, pouco trabalhados e, mesmo assim, sendo extremamente requeridos. O âmbito da identidade política do professor tem se mostrado como uma grande dificuldade para exposição e debate.

Adquiri essa percepção a partir de um fato que me ocorreu: no início de uma manhã de segunda-feira, na sala dos professores, alguns docentes discutiam banalidades e política. De qualquer maneira, quando chegou o horário da aula, nós, professores, nos dirigimos às respectivas salas de aula. Em uma dessas rotinas um professor exclamou: “O bom é que agora a gente não pode mais falar de política na sala de aula!” Essa fala se referia ao Projeto de Lei (PL) “Escola sem partido. A frase me chamou atenção primeiro pelo seu erro, já que o referido projeto se encontra em tramitação, e em segundo, pelo prazer esboçado pelo docente ao entender que sua identidade política, de alguma maneira, estaria proibida dentro da sala de aula.

Rapidamente pude refutá-lo esclarecendo que se tratava de um PL que não estava aprovado e, ainda, defendi que ele usasse de sua posição política em sua prática pedagógica, desde que explicasse aos alunos que era uma opinião política. Dessa maneira, poderia esclarecer aos alunos como desenvolveu sua posição, as leituras que fez, as pesquisas, a experiência que teve, a realidade de outros países que possa ter conhecido e, enfim, tudo que um professor é capaz e deve demonstrar nos limites de sua aula.

Esse fato chamou a minha atenção por demonstrar uma despreocupação política presente no cerne do corpo docente da escola pública de ensino básico da cidade de São Carlos. Segundo Fiorin (2009), o conceito da palavra política está baseado na perspectiva aristotélica como sendo a esfera dos domínios do Estado e do Privado. O autor aponta para o fato de certos moldes de atuação da palavra política estarem sendo usados em outros léxicos, tais como: política do corpo, política de ações afirmativas, políticas de cotas. Contudo, o autor esclarece que “[...] a política diz respeito ao poder, ou melhor, aos poderes. Isso permite incorporar à política não só o que está dentro do campo da aceitabilidade tradicional desse termo, mas também todas as relações de poder que se exercem na vida cotidiana” (FIORIN, 2009, p 148).

Ao nos mobilizarmos para tentarmos explicar o que seria política, encontramos uma área perigosa, com visibilidade dificultada e com perguntas complexas. A que mais se sobressai é a da necessária descoberta de que se faz pertinente investigar a política, ou seja, considerar a política como algo que deva ocupar nosso intelecto, digno de dedicação, zelo e reconhecimento (NOGUEIRA, 2004). Segundo Nogueira (2004), estamos esvaziados de ética, parâmetros e ideais que, ao que parece, está destruindo a área da política. Há uma visão tecnicista, produtivista, imediatista, corriqueira e racionalista, na qual o fluir vagaroso e a característica mais impetuosa da política são vistos como ineficientes, dispendiosos e até como insipientes.

Tecnologias aprimoradas, trabalhadores especializados, imagens agitadas, operações processuais que se sequenciam sem entremeios, tudo muito agitado, lança seus jargões como: “tempo é dinheiro” e acaba, de alguma maneira, justificando suas ações ou inações. Pensamentos individuais são feitos e refeitos recorrentemente e a cada instante, tudo constrange a política e se transforma em algo diferente, mais duro, mais treinado, mais apartado da população comum (NOGUEIRA, 2004).

O autor ainda afirma em seu trabalho que com os níveis de individualismo, do uso da meritocracia, de um governo que presta desserviços à sociedade; da pobreza extrema e da alta taxa de corrupção que nos lesam, a sociedade tem se encontrado confusa, envolvida em conflitos profundos de identidade política. Assim, por fim, a política também se degrada e degenera sendo interpretada como danosa e maléfica e, portanto, é estigmatizada como algo ruim.

Vivemos uma conjuntura de crise, onde todas as coisas se encontram em movimento, reviradas e sem suporte. Isso poderia definir política, o movimento vivo e dialético do uso da democracia e do debate em prol da construção de um país ou determinado setor, como o da educação, da melhor maneira possível no que diz respeito aos interesses da população dependente de políticas públicas (NOGUEIRA, 2004).

Assim, no pleno exercício de sua função política e ainda mais efetivo no desenvolvimento de seus componentes, realizadores e realizados, articulados como regra de causa e efeito esses elementos então proporcionam um ambiente onde todos podem ser ouvidos e tudo pode ser considerado diligentemente. Até a tomada de decisão sobre ações de desenvolvimento, fomento, valorização, a participação de todos em tudo é de extrema importância para o real sentido (função) da política. Desta maneira entendemos como Campos (2017) que defende a estruturação política do indivíduo como ação educativa proposital, que abarca todas as suas atividades políticas no dia a dia e está obrigada a estar contida em todas as etapas da formação do cidadão, desde a inicial e continuamente ao longo da vida.

Entendemos que o uso da política que engloba e que trabalha junto com os movimentos e populações, dialeticamente, representa de modo resumido um grande leque de ações. Neste sentido, entendemos que coabita com um amplo elemento de transformação da cultura, uma espécie de reforma na cultura política de um povo nação. Aqui encaramos nosso principal desafio e encontramos nos estudos de Santos (2008; 2009) o conceito entranhado em nossa cultura que tanto nos tolhem nas nossas relações e formações políticas. Ele elucida de maneira muito precisa que a falta de justiça social universal é profundamente unida a falta de justiça cognitiva universal. A batalha por mais igualdade social universal deve estar aliada à batalha

pela igualdade cognitiva universal. A defesa, segundo estudos de Santos (2008), é de que os valores cognitivos estariam intimamente ligados aos valores éticos e políticos, que a cultura é característica à ciência. Portanto, trata-se de diferentes culturas nas quais existem diversas respostas, às vezes não científicas, para a realidade.

Como os saberes científicos não estão equitativamente distribuídos na sociedade, as interferências no mundo real que são priorizadas acabam sendo aquelas que vem prover os grupos sociais que tem acesso ao conhecimento científico. A injustiça social apoia a injustiça cognitiva. A ecologia de saberes é a epistemologia do combate contra a injustiça cognitiva e se baseia em vários preceitos. Um dos principais parte do princípio que o combate pela justiça cognitiva não terá sucesso se somente se basear especificamente no ideal de uma distribuição igual do conhecimento científico. Na ecologia de saberes o crédito que damos a conhecimentos não-científicos não tiram o crédito de saberes científicos. Se relacionam tão somente com o uso contra hegemônico destes saberes. Compreende neste sentido em utilizar práticas científicas alternativas, agora visíveis graças às epistemologias plurais das próprias práticas científicas. Dessa maneira, incorre em dar valor a interdependência entre conhecimentos científicos e não científicos (SANTOS 2008). Nesse equilíbrio encontramos o ideal de justiça cognitiva universal.

Essa justiça, a partir da ecologia de saberes que deve se basear na participação de diversos saberes e seus sujeitos, existem práticas de saberes dominantes baseados na ciência moderna ocidental e exercícios de saberes subalternos com conhecimentos não científicos ocidentais e não ocidentais. Esta hierarquia, segundo Santos (2008), compõe e recompõe a desigualdade social no planeta. A ciência moderna é realizada de práticas de saberes dominantes. Como ela não está equilibradamente distribuída no mundo, nem como sistema de produção, nem como sistema de consumo, as discrepâncias no acesso, domínio e uso da ciência são frutos de desigualdades sociais e acabam por reforçá-las. A ecologia de saberes inicia a ideia de que não é possível eliminar essas desigualdades apenas com a democratização do acesso e consumo da ciência moderna. Devido aos limites intrínsecos da ciência em relação a intervenção no mundo real, ela não conseguiria por si só promover a justiça cognitiva. A utilização da ciência contra hegemônica se baseia no apontamento a esses limites e, portanto, para os superar dever-se-á recorrer a outros conhecimentos.

Para obter sucesso, Santos (2008; 2009) esclarece que esta batalha requer um novo raciocínio, um raciocínio pós linhas abissais. Estas são, segundo seus estudos, os abismos que colocamos frequentemente em nossas relações pessoais, políticas, enfim, são linhas abissais entranhadas em nossa cultura. Agimos a partir destas linhas, que nos indicam que seres

humanos de origens culturais pertencentes a povos colonizados (coloniais), assim como povos escravizados, minorias historicamente subjugadas ou apenas os do “lado de lá” da linha, sejam vistos como povos com saberes, culturais, religiosos questionáveis, falsos, ruins, inverificáveis, percebidos como culturas de selvagens, de feitiçarias, vezes demoníacas ou apenas saberes advindos de deduções instintivas. Enquanto apenas do “lado de cá” da linha, o que ele chama de metropolitanos são os que possuem a ciência, a filosofia e a religião verdadeiras, verificáveis, boas e certas.

Assim, entendemos que a escola é a primeira responsável por essa batalha, pois se trata de uma batalha cognitiva, impregnada, portanto, nos nossos *modus* de ensino/aprendizagem, que por si estão impregnados em nossa cultura. Precisamos de uma espécie de nova fundação de relação com o conhecimento. Estabelecer novas propostas de raciocinar a sociedade e nossa relação com a diversidade assumindo que todos temos papel e estamos envolvidos nela. Pretendemos a reconstrução da classificação que se faz e das definições que fazemos do mundo. Neste ponto verifico que Boaventura de Sousa Santos se torna minha principal referência para embasar a necessidade de formação política do professorado como também da classe discente e, quiçá, reverberar pela comunidade sempre com o intuito de trabalharmos na transformação epistêmica de nossa forma de conceituar e categorizar o mundo.

Seria como dizer que o processo de reconstrução cognitiva na formação do indivíduo está diretamente ligado ao processo de reconstrução do nosso entendimento sobre política e o uso desta no ambiente escolar. Já que se dará a partir de uma obra escolarizada, referente a uma nova cultura de relação com política e assim com a diversidade também, a partir de agora, surgida a partir da coletividade, reconhecendo valores, regras advindas de uma participação histórica concreta. Desta forma, Nogueira (2004) explana que essa participação caracterizará o surgimento de organizações extremamente associadas aos cidadãos. Seguirá o aparecimento de uma representação ampla, operadora de um processo cujo qual indivíduos sociais e cidadãos tenham voz verdadeiramente, participando nos ambientes decisórios do governo e tendo sujeito a eles o poder, o Estado e a política.

Também ressaltamos que política e educação devem ser tratadas indivisivelmente e não podem ser separadas do universo educacional. Para a autonomia dos estudantes diante de desafios na sua vida, é preciso uma formação contínua do professor que implique uma movimentação dialética que articule teoria, ideologia e a prática docente (ROCHA, 2016). Deste modo, é necessário assumir que a educação é um ato político por excelência e é impossível retirar dela seu caráter politizado. Segundo Ferreira (2017), as próprias ações e projetos educacionais que visam levantar uma fala aparentemente neutra ou, apartidária,

carregam intrínsecas visões de mundo e abordagens que não podem ser consideradas neutras enquanto posição política.

Com quase dez anos de experiência na docência, desenvolvi uma boa relação com o sindicato. Sempre participei das reuniões nas escolas que trabalhei e procurava estar presente em todas as paralisações e greves que a instituição promovia. Então filiado ao sindicato utilizei a estrutura do mesmo e acabei percebendo que o sindicato tinha um papel fundamental na existência de uma formação política. Cabia saber se ele atuava concretamente nessa formação, ou não.

Com um levantamento inicial¹ que realizamos com os professores da rede estadual de ensino, na cidade de São Carlos, e representantes de escola no Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP), identificamos que os docentes tendem a perceber a política da esfera de poder e de organização da sociedade. Também foi indicado que nem todos os professores receberam um aporte sobre política em suas formações iniciais e que sentem dificuldade de tratar esse assunto em sala de aula. Os participantes da pesquisa reconhecem a importância do sindicato tanto para a carreira, como para a formação docente, apontando as contribuições formativas no envolvimento com o cenário político e com a relação interpessoal.

Diante disso, fazemos os seguintes questionamentos: O sindicato atua com propostas de formação política do professorado? Quais são as contribuições do sindicato para a formação docente?

O objetivo da pesquisa, portanto, é analisar, discutir e investigar a contribuição do sindicato para a formação política docente, compondo o desenvolvimento profissional de professores efetivos da Educação Básica, atuantes na rede estadual de São Paulo, município de São Carlos.

Para atender esse objetivo é proposto a análise desse fenômeno que perpassará pelos seguintes caminhos:

- Identificar as funções do sindicato a fim de problematizar o seu papel formativo;
- Levantar as condições formativas e de envolvimento dos professores com o sindicato.

Para o desenvolvimento dessa investigação, foi realizado um levantamento bibliográfico e de pesquisa de campo. O levantamento bibliográfico foi realizado em quatro bancos de dados,

¹ Esse levantamento foi realizado a partir de questionários online. Esse procedimento será melhor detalhado na seção de metodologia.

enquanto que a pesquisa de campo foi desenvolvida a partir de entrevista semiestruturada com o dirigente da subseção sindical da APESOESP na cidade de São Carlos - SP.

Esse estudo está organizado a partir de sete seções, a começar por essa introdução que esclarece o tema e como chegamos ao problema de pesquisa. Logo a seguir, a segunda seção especifica a importância da formação política em um sentido amplo e contempla os estudos que defendem essa posição.

A terceira seção se refere aos efeitos das políticas públicas na educação. Apresentamos como a política influenciou o trabalho realizado nas escolas e as práticas pedagógicas dos professores. A seção seguinte apresentamos o histórico e as finalidades do sindicato lócus da investigação.

A metodologia é a quinta seção da dissertação. Descrevemos nossa abordagem qualitativa e detalhamos os instrumentos e procedimentos metodológicos selecionados e utilizados para desenvolver a investigação.

Apresentamos os principais dados coletados e a discussão na sexta seção. Por fim, encerramos a dissertação com as considerações finais obtidas a partir de desenvolvimento da pesquisa e sobre a problematização levantada.

2. FORMAÇÃO POLÍTICA PARA A VIDA

Destinamos essa seção para explanar sobre a posição de referenciais teóricos sobre as contribuições da formação política para a vida. Para isso, iniciamos trazendo as considerações de Nogueira (2004) sobre o delineamento da política moderna.

Nogueira (2004) aponta a Itália como berço da política moderna e referencia seu desenvolvimento através do tempo. Esse autor diz que a nação não caminhou rapidamente e uníssona em direção a conformidade. Sofreu muitos regressos e atrasos, vivendo com um autoritarismo consolidado em sua sociedade. Após ser propelida, com certa dificuldade, ao Estado nacional – numa ampla e complicada atividade chamada na época de *Risorgimento* - o país fica nas mãos do fascismo. Contudo, esclarece que a Itália pode tomar ciência de uma outra perspectiva entrando em contato com o socialismo e se afeiçoando a ele. Posteriormente à Primeira Grande Guerra ocorre o surgimento do Partido Comunista Italiano (PCI), consequência dos rompimentos internos do Partido Socialista. Conduzido por um conjunto articulado e conceituado de políticos e intelectuais

Nogueira (2004) ressalta que o Partido levantou multidões em massa, despertou fascínio e afeição em diferentes classes sociais. Foram despedidos da Segunda Guerra Mundial aclamados como heróis pelo seu papel na destituição do fascismo e lograram um grande capital político e cultural. Transformaram-se em um poder respeitado na Itália e no planeta, inspirando milhões de intelectuais e adeptos da esquerda, mas, cai em crise como ideário e poder político. Em abril de 2000 ocorre a demissão de Massimo D'Alema como chefe do governo no complexo fracasso no pleito regional. Assim se eleva a crise de identidade da esquerda, que é extremamente abandonada, emblema de que ali já não se deve, ou não se quer, ter um elo muito grande com o passado. Vemos então ressurgir na Europa os ideários direitistas. Muitas nações que se entendiam inatingíveis pelo problema se encontram envoltas a espectros governamentais reacionários e ao surgimento de movimentos de declarada inspiração nazista, fascista e xenófoba. O autor aponta para a presença de uma irracionalidade política espalhada apta para a rechaçar a vida em democracia, a aprisionar ideais, projetos, paixões, sonhos e utopias e ainda a perseguir e violentar a esquerda (NOGUEIRA, 2004).

Ao finalizar seu trabalho, Nogueira (2004) conclui a missão histórica da esquerda em oportunizar uma maneira de governar na oposição, ou seja, de orientar, organizar e concretizar programas com a função de arrasar com os malefícios do capitalismo e reorganizar os níveis adequados de políticas sociais; incidir para melhorar a vida e devastar as condições que a fazem dificultosa, sofrida, consumista, egocêntrica, sem sentido constantemente. Dessa maneira,

auxiliaram para levantar a ideia de comunidade onde o livre crescimento de cada indivíduo é a premissa para o livre crescimento de todos, como o de oportunizar que todos tomem parte nos bens criados por todos.

Para Giannotti (2014), a política é a expressão da contradição implicada pela disputa pelo poder. Essa disputa é comumente caracterizada pelos “amigos” e “inimigos”, ou seja, por grupos que defendem os seus interesses. Para o autor, essa contradição abre a possibilidade de ações que são traduzidas em novos jogos de linguagem e de formas de vida. Em uma sociedade democrática, a contradição é representada em um espaço comum em que aliados e adversários disputam para evitar a guerra civil. Essa forma de representação foi manifestada em diferentes tempos históricos e sociedades, mas o que Giannotti (2014) ressalta é uma nova perspectiva de entender essa contradição presente na ação política.

Nesse sentido, a proposta da contradição se refere a um jogo de linguagem no qual um enunciado se apresenta como uma negação para os grupos envolvidos no ato político. A política, portanto, é transmitida por meio de uma gramática mais ou menos aberta, mais ou menos determinada que conforma as expressões de vida dos seres humanos. Nesse exercício de linguagem, a persuasão entre os grupos conflitantes é o que conduz o ato político diante de uma contradição. Giannotti (2014) faz uso das contribuições de Wittgenstein para avançar na compreensão sobre a contradição. Enquanto esta se manifestava no limiar de um movimento entre a aceitação e a negação, a contradição levaria ao fim do raciocínio, mas Giannotti (2014) acredita que esse fim do raciocínio pode ser um convite à uma nova forma de agir e de como considerar o grupo opositor.

Considerando essa nova proposta de ação política, a maior contribuição neste trabalho vem de Santos (2009), o qual explica o exorbitante abismo que existe nas nossas relações sociais. Para isso, iremos retomar a ideia das linhas abissais que abordamos na introdução para aprofundá-las, pois se trata de um conceito importante para a pesquisa. Santos esclarece que colocamos abismos na nossa relação com o outro como mudamos de assunto numa roda de conversa. Conforme o autor, ao comentar sobre a colonização e sua metodologia de opressão, diz que foram erguidas linhas abissais que se tratam de perspectivas que perpetuam abismos na relação entre as pessoas ou grupos. Isso fez com que haja o surgimento e a defesa de ideologias que se colocam dentro de um status quo (abissal) de modo que os lados desse abismo permaneçam em constante oposição e antagonismos de todas as formas, ou seja, no lado de cá o mundo é diferente do lado de lá. Um lado é “melhor” que o outro e assim segue a cotidianidade com relações hierárquicas no sentido opressor e oprimido.

Assim como na colonização, os povos do período desenvolveram o que chamamos de inconsciente coletivo ou saberes do senso comum, cujos quais tratavam de estabelecer regras sociais que diziam o que se encontrava deste lado do abismo como bom, verdadeiro, científico, medicinal, e tantas outras classificações (SANTOS, 2009). Abre-se uma ressalva para se dizer que esses *modus* de pensar/agir não se tornam aceitos na esfera do comportamento padrão.

Podemos perceber essas classificações em pensamentos, palavras e atitudes dos seres humanos em suas relações sociais. Na relação do eu com o outro. E que outro? O outro colonizado, ou quem sabe colonizável. Esse estado de quem carrega o que é bom e verdadeiro dentro de si em detrimento ao bom e verdadeiro dentro do outro é a linha abissal que persiste e resiste em se manter viva nas ideias de supremacismos e de luta contra culturas e pessoas diferentes, ou contrários ao que se considere como verdadeiro e bom (SANTOS, 2009). Essa linha abissal deve ser refletida e trabalhada dentro do contexto escolar e, primeiramente, no professorado porque é o profissional que tem maior contato com a formação do estudante. Essa conduta necessária à construção de um educador politizado precisa ser refletida e debatida com seriedade nos cursos de formação inicial e continuada. Agora porque os equívocos estão demonstrados e se faz necessária sua adequação aos novos *modus*, à saber, pensamentos pós abissais. Precisa ser revista sempre porque a sociedade é dinâmica e, assim, dinâmicas deverão ser as propostas nesse meio. Devendo se dar em uma revisão lógica, racional, honesta, profunda, inteligente, coerente, e não desordenada, irresponsável, desonesta. Agora que se faz a necessidade dessa defesa de retornar a exaltar a diversidade e a periferia dos demais povos historicamente colonizados.

O autor Quijano (2009) elucida que colonialidade se difere de colonialismo em diferentes aspectos, ainda que de alguma maneira estejam ligados. O segundo termo se refere exclusivamente à base de dominação/exploração, na qual o controle da força política, dos meios de produção e do poder de trabalho de uma população própria domina sobre outra de arquétipo, cultura e de localização geográfica diferentes. Contudo não necessariamente configura uma relação racista de poder. O autor aponta que a colonialidade tem se mostrado mais profunda e perdurável que o colonialismo, sendo incutida na intersubjetividade do planeta.

Quijano (2009) traz à tona o fato do poder capitalista se tornar mundial ao mesmo tempo que houve a constituição da América Latina. Todos os seus centros hegemônicos se situavam nas zonas que posteriormente seriam denominadas de Europa. O autor ainda aponta para o fato de como, nas bases principais do seu novo sistema de dominação, emergem a colonialidade e a modernidade. Da mesma maneira, o capitalismo se mundializa como elemento próprio do padrão de poder até hoje vigente, do qual são sustentadas a colonialidade e modernidade.

Assim Quijano (2009) afirma que a partir do século XVII, nos precípuos centros hegemônicos dessa linha global de poder, foi ressaltado o fato de ter sido construído, normatizado e padronizado em uma forma de construir conhecimento que fosse capaz de suprir as demandas do capitalismo. O caráter da medição, a objetivação do que pode ser conhecido em relação ao conhecedor, com o intuito do controle da articulação entre sujeito e natureza, notavelmente a posse dos meios de produção. Nessa mesma perspectiva acabam naturalizadas as experiências, as práticas identitárias e relações históricas da colonialidade e da distribuição géocultural da força capitalista global. Essa forma de saber foi Eurocêntrica em seu caráter e origem. Chamada de racional, foi colocada e recebida no complexo do mundo capitalista como *sui generis* da racionalidade válida e emblemática da modernidade. Essa modernidade/racionalidade se encontra em crise.

Segundo Quijano (2009) o eurocentrismo não é uma perspectiva somente dos povos europeus ou dos governantes do capitalismo mundial, mas também da relação do agrupamento dos ensinados por este poder hegemônico. Isso coloca um elemento etnocêntrico, pois trata da perspectiva cognitiva criada durante a emergência do capitalismo colonial moderno e, portanto, naturalizado as vivências dos sujeitos dentro desta proposta de poder. Tal perspectiva faz com que percebamos essas questões como pertencentes ao mundo natural das coisas, como situações dadas, não podendo elas serem interpeladas.

O autor continua considerando que a partir do século XVIII foi se dando constantes afirmações eurocentristas, fantasiosas de que a Europa era precedente ao capitalismo, que anteriormente já era um centro mundial do capitalismo que, por sua vez, colonizou o planeta. Essa colonização mundial foi produzida autonomamente tendo como base a modernidade e a racionalidade. No caminho reto, de uma só direção e contínuo do desenvolvimento dos seres humanos, a Europa e os europeus estavam num ponto e nível mais elevados mundialmente. Estabeleceu-se, assim, unido a essa ideia, outro ponto central da colonialidade/modernidade eurocêntrica. Um conceito de humanidade mediante o qual as nações e os indivíduos se diversificavam em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.

Em seu trabalho, Quijano (2009), afirma que neste novo cenário se avivam outros elementos da discussão latino-americana que indica uma outra ideia de totalidade histórico-social, sendo sua fonte uma visão contra corrente, não-eurocêntrica. Prioritariamente os trabalhos sobre a colonialidade do poder e sobre a diversidade histórico-estrutural de todos os povos de vivência social. O colonizador deixou a esfera de países Estado/Nação, ou quaisquer regiões geográficas e passou a habitar nas regiões individuais, familiares, sociais e de grupos

fechados. Assim podemos ver vários segmentos sociais tomarem a posição do inimigo do povo e aliado a esse tipo de pensamento e *modus* de agir historicamente estabelecido em relação as pessoas advindas de países ou espaços coloniais. Santos (2009) usa a palavra metropolitanos, para se referir aos do lado dos colonizadores e coloniais para os do outro lado.

Assim, percebemos a política como pertencente a duas esferas distintas, a saber: o campo das políticas públicas, com seu *modus* e estrutura hierárquica e a política na relação com o outro, nas linhas abissais sociais que são estabelecidas dentro de um juízo de valor colonial, preso a nossa história de colonos e *colonizáveis* (SANTOS, 2009). Essas relações estão impregnadas nos nossos *modus* de agir e nos relacionarmos, pertencente a um senso comum do que é bom e aceitável socialmente. Santos (2008) discute em seu estudo as colocações referentes a colonização. O autor chama a atenção para o conceito coletivo no desenvolvimento de uma nova ideia de “senso comum” ou de paradigmas pós colonialistas, em que se destaca o caráter coletivo da construção. Nesse estudo, Santos (2008) aponta que o conhecimento científico é atualmente a maneira oficial e privilegiada de saber, que esse conhecimento tem real importância no cotidiano da sociedade contemporânea. O autor ressalta que, em média, todos os países investem nos conhecimentos da ciência e esperam um retorno disso. Pondera que todas as maneiras que foram em determinado tempo formas privilegiadas no que toca o senso comum, foram sempre discutidas nos seus tempos. As formas reconhecidas de saber sugerem também privilégios extra cognitivos. O autor coloca sociais, políticos, culturais para aquele que as domina, já que o conhecimento não é homogeneamente dividido pela sociedade podemos entender que ele carrega os privilégios para aquele que o detém.

Santos (2008) afirma que somente existe conhecimento em sociedade quando há o reconhecimento como tal e quanto maior o reconhecimento que este adquire desta sociedade é que podemos medir os impactos que cada assunto pode trazer. Santos (2008) aponta a necessidade do indivíduo conferir inteligibilidade ao seu presente e ao seu passado e dar sentido e direção ao seu futuro. “Mesmo que a natureza não existisse em sociedade [...] o conhecimento sobre ela existiria” (SANTOS, 2008, p. 137). Assim, o autor ressalta que a verdade do conhecimento que se aborda parte do pressuposto de separação entre o conhecimento científico e a sociedade. É o quadro que diz que quanto menos a sociedade interfere na ciência, mais esta pode alcançar resultados que, de alguma maneira, impactem a própria sociedade. Os conhecimentos na área da política se assemelham neste ponto. Quanto mais ele é trabalhado, livre das interferências da própria sociedade, mais ele tem o poder de lograr sistemáticas que interfiram direta ou indiretamente no campo da própria política. Outrossim, seria o fato de que a despeito do estudo e da teoria do conhecimento em política existir, a política se faz presente:

“[...] a verdade é que esta nova forma de conhecimento se auto-concebeu como um novo começo, uma ruptura em relação ao passado, uma revolução científica [...]” (SANTOS, 2008, p 138).

Com o conhecimento reconhecido, a ciência revolucionária se modifica quando transforma suas relações com outras formas de saberes como a filosofia, a arte, a religião, o literário, entre outros, em seu processo de fruição. Ou seja, em seus métodos, em suas instituições, organizações e no produto de suas ações. O que separa os processos de saberes anteriores dos pós ruptura científica é o fato de a ciência moderna ter acolhido a sua posição na sociedade mais aprofundadamente do que quaisquer outras formas de conhecimento anteriores e até atuais. Se objetivou não apenas em abranger o mundo e defini-lo, mas transfazê-lo (SANTOS, 2008).

Esse trabalho aponta o objetivo principal de suas discussões, lançar os fundamentos de uma nova cultura política que propicie o retorno a um pensamento contra-hegemônico e, conseqüentemente, a transformação social e uma ação emancipadora. Na medida que afirma que a ciência pode mover o mundo quanto mais se separa dele. Em que a ciência se traduz naquilo que se põe a esclarecer, aprofundar, traduzir, identificar, refletir, discorrer, discutir, contrapor, analisar, considerar e resultar com base nesse novo *modus* a ciência e a educação podem projetar caminhos. Portanto, a educação pode ser um direcionamento das ações e atividades sociais, se unindo ao mundo, levando obrigatoriamente em conta os diferentes contextos existentes, mas livre do mundo na medida que se afasta primeiramente da obrigatoriedade de servir a sociedade. Pelo seu caráter emancipador, a educação se alia na medida em que resulta operando em novidade de saberes adquiridos num campo reconhecidamente assertivo para a sociedade, no qual se estabilizam bases de atuação onde a ciência não é interferida pelas sociedades não científicas.

Neste ponto, entendemos que a aquisição de saberes científicos referentes à política em suas esferas demonstra uma forma na qual a emancipação se eleva em uma posição privilegiada e elitizada que poucos têm acesso. Neste caso, Santos (2008) defende as ideias de pluralidade dos saberes ou ecologia dos saberes com propósitos que vão da unificação das ciências, mesmo na ciência baseada na fragmentação e na heterogeneidade.

Em “Gramática do tempo: para uma nova cultura política”, Santos (2008) aponta que a ecologia de saberes se trata de uma associação de epistemologias que iniciam com o ideal da diversidade e da globalização contra hegemônicas e visa contribuir para dar credibilidade e para fortalecer esse ideal. Essa perspectiva parte de dois pressupostos, à saber, o primeiro diz que não existem epistemologias neutras (as que dizem sê-lo são as que menos se aproximam); o

segundo diz que a reflexão epistemológica não precisa refletir nos conhecimentos abstratos, mas sim refletir em cima das práticas de conhecimento e em seus impactos em diferentes práticas sociais. Portanto quando se fala em ecologia de saberes devemos entendê-la como ecologia de práticas de saberes.

Para Santos (2009) a Ecologia de Saberes é produzida a partir das linhas abissais, os saberes científicos não estão distribuídos de forma igual na sociedade. E nem poderia ser já que seus propósitos iniciais foram a transformação em sujeito do conhecimento deste lado linha e do lado de lá em objeto do conhecimento. As aplicações deste conhecimento na sociedade favorecem aos ditames dos grupos sociais que tem aproximação com esse conhecimento. No tempo em que as linhas abissais continuam a delinear-se, a busca por justiça cognitiva fracassará enquanto se fundamentar apenas na premissa de gerar acesso ao conhecimento científico. Superando o fato dessa pretensa distribuição equitativa não ser possível, segundo o autor, nas conjunturas do capitalismo e colonialismo, os saberes da ciência são limitados no que diz respeito a forma de interferência que produz no mundo real.

Na ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós abissal, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica (SANTOS, 2009, p. 48.)

A ecologia de saberes se refere, de outra forma, a procurar e aprofundar a diversidade intrínseca na ciência, ou seja, as experiências científicas opcionais que têm emergido frutos de epistemologias feministas e pós-coloniais, por exemplo, e em outro sentido, de realizar a correlação e a dependência mútuas entre o conhecimento científico e outros conhecimentos não-científicos. Uma das enunciações fundamentais da ecologia de saberes é a de que todos os saberes são em si limitados, internamente e externamente. Os limites internos dizem respeito a relação da interferência desses saberes no mundo. Os limites externos se baseiam na averiguação de interferências distintas, no mundo, advindas de outros saberes. Por base, os saberes hegemônicos se fundamentam apenas nos limites internos, sendo assim, a função contra hegemônica da ciência moderna só acontece em decorrência da exploração bilateral de seus limites, tanto internos quanto externos enquanto fração de um ideal contra hegemônico de ciência (SANTOS, 2009).

Os estudos levantados nessa seção, portanto, indicam que a importância da política para a vida reside em duas esferas, à saber, a governamental e a pessoal. A primeira onde a linha de quem está no poder representa, ou não, a sociedade comum, com as relações institucionais e toda complexidade que cabe ao sistema político nacional e suas hierarquias municipais,

estaduais e federais; já a esfera do pessoal diz respeito as linhas abissais que criamos em cada uma das nossas relações humanas. A segunda esfera diz respeito a que conferimos valor e importância, quais construções devemos abandonar ou desconstruir porque foram fundamentadas a partir do paradigma colonial. Esse paradigma nos incitam a pré-julgarmos a pessoa com pressupostos histórico-sociais, muitas vezes perpetuando comportamentos excludentes ao atribuímos valores do que seria bom e verdadeiro, por exemplo. Ou de qual conhecimentos vamos aceitar e defender. Essas relações estão sempre sujeitas às nossas atitudes e posições políticas, tomadas como seres atuantes na sociedade e parte de um todo orgânico, dinâmico, vivo.

3. DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS PARA A EDUCAÇÃO

Na seção anterior apresentamos a importância da política para a vida em um sentido amplo, abrangendo as esferas pessoais e de organização da sociedade. Nesse sentido, iremos refletir nessa seção como a política interfere na educação.

Os estudos de Sala (2010) abordam essa interferência da política ao discutir sobre alienação² e emancipação na mediação do conhecimento escolar. O autor aborda a escola como um aspecto contraditório da concepção burguesa³. Essa contradição consiste em saber que a educação é necessária, mas que deve abarcar os itens que sejam capazes de esclarecer ou subsidiar o desvelamento *sui generis* da estruturação da sociedade. Na percepção do autor, a sociedade é paradoxal e contraditória, já que traz em si a elevação da supremacia e a exploração abusiva de uma camada social sobre outras.

O autor apresenta a educação como uma instituição que serviu majoritariamente aos propósitos capitalistas em fornecer saberes e pessoal preparado para o mercado, mas, inclusive a geração e disseminação de um conjunto de valores que justificam as pautas burguesas (SALA, 2010). Ao colocar esse serviço aos propósitos capitalistas, portanto, indica que há uma relação entre o capital e a educação escolar. Em seus estudos, o autor aprofunda a questão e salienta que o diálogo entre alienação e emancipação é igualmente indivisível do próprio conteúdo escolar, inclusive a instituída ciência que também é podada conforme os apelos e interesses do capital e do mundo do trabalho.

Sala (2010) comenta que a ótica de que a ciência é emancipada diante dos processos sociais paradoxais é uma ilusão. Um pensamento baseado na separação do trabalho manual do intelectual, que elabora ideologia sobre essa pretensa separação e gera a ideia tanto de expectativa de desenvolvimento do conhecimento quanto de sua alienação. Segundo o autor, é nessa presumida divisão que reside o maior risco, à saber, da disseminação dos saberes escolares historicamente constituídos serem transmutados para a socialização de saberes escolares de controle de classe, assumindo a função de imprimir no inconsciente coletivo a ideologia dominante e, assim, a sistemática de formação de mão de obra assalariada para

² A ideia de alienação proposto aqui se refere aos estudos de Marx sobre o estranhamento do trabalhador com o seu trabalho. Ou seja, no sistema capitalista há uma separação do trabalhador com o produto do seu trabalho, o produto não é do trabalhador, mas de outrem. O trabalho, portanto, é forçado, não manifesta a essência do homem e produz um produto que lhe é estranho (MARX, 2004).

³ A burguesia se refere à classe social dominante, que detém os meios de produção e se apropria dos produtos que outras pessoas produziram. Nesse sentido, os proletários são os que vendem a sua força de trabalho para a burguesia (MARX; ENGELS, 1998).

lubrificar e continuar tornando o mecanismo do sistema eficiente. Produzindo riqueza que as classes dominadas jamais tiveram acesso.

Escrevemos esta pesquisa com base na área da educação, pois entendemos que o problema reside neste setor e sua natureza é epistêmica, como baseia Santos (2009). Isso permite não só a sua identificação para análise e reflexão, bem como a manipulação de sua existência no intuito de uma possível extinção dessas linhas abissais presentes em nossa formação educacional histórica e, assim, também epistemologicamente presa a nossa conduta em relação ao outro e principalmente ao divergente. A cultura, portanto, da presença da política na formação educacional formal, não só no Ensino Superior como também na Educação Básica, é importante para que possamos trabalhar em prol da desconstrução desses abismos.

Segundo os estudos de Carmo (2014) o ensino superior teve as atenções reerguidas pela sociedade brasileira nos últimos anos. O estudo aponta para o fato de milhares de estudantes estarem sendo impedidos de continuar os estudos após o ensino médio pelo enforcamento no que toca a reserva de vagas nas universidades públicas e, também, pelo valor cobrado nas instituições privadas.

O estudo indica a investigação da criação e a ampliação de políticas públicas de garantia de acesso e permanência no ensino superior. A demanda, segundo o estudo, se refere a aproximadamente 74% dos alunos que concluem o ensino médio a cada ano. Compreendendo, inclusive, a importância de políticas de melhoria do ensino médio. O autor explana os movimentos de fortalecimento dos exames nacionais de avaliação dos estudantes e a ampliação do número de vagas nas instituições federais e ainda a presença de alunos carentes em universidades privadas. O estudo compreende que

[...] as políticas públicas são medidas sociais que acompanham [...] as demandas da população e as decisões de governo, e quaisquer que sejam essas políticas sociais [...], nunca estarão apartadas da sociedade, da democracia, da economia, e precisam ser compreendidas em sua totalidade, dentro de uma dada realidade (CARMO, 2014 p. 306).

A construção de saberes políticos mediados desde o início da formação do sujeito deverá acarretar no surgimento de uma nova forma de relação da sociedade com a área da política e isso não só pode resolver, mas também, habilitar a sociedade mais vulnerável a se colocar politicamente nas zonas decisórias. Com essa posição, torna-se possível angariar vitórias importantes no que tange aos interesses cidadãos.

Para essa discussão, trazemos as contribuições de Saviani (1989) sobre o vínculo da educação com a política. Entretanto, vale ressaltar que esse Saviani (1989) faz uso de uma outra

abordagem sobre o conhecimento que o distancia de Santos (2009). Enquanto este último valoriza diversidade de conhecimentos, Saviani (1989) acredita que é importante socializar o conhecimento que a classe dominante utiliza para compor a sua posição de poder em uma sociedade capitalista. Nesse sentido, em uma sociedade de classes, o papel da educação é de socializar o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade para proporcionar uma igualdade no ponto de chegada. Ou seja, sua proposta é de valorizar a fase escolar e o papel do professor para que o trabalho pedagógico esteja a serviço da prática social e aos interesses da classe trabalhadora (FREITAS; *et. al.*, 2018).

Apesar de Saviani enaltecer o conhecimento escolar, acreditamos que esse autor pode contribuir com a nossa discussão diante de suas defesas sobre a importância política da manutenção da especificidade da prática educativa; da relação entre educação e política; e sobre a diferenciação entre educação e política (FREITAS; *et. al.*, 2018). Dessa maneira, Saviani (1989) defende que educação e política são práticas distintas e específicas, mas inseparáveis e com íntima relação. Nesse sentido, nas práticas educativas existem uma dimensão política, enquanto que as práticas políticas possuem uma dimensão educativa. Ou seja, uma das práticas mantém a dimensão da outra.

Saviani (1989) destaca que a educação é realizada em grupos não antagônicos, sendo que o professor está à serviço dos alunos e de sua formação intelectual e cidadã. A dimensão política da educação se refere às ações e transmissão de conhecimentos que serão utilizados para a união e consenso entre indivíduos (professores e alunos) em combate aos grupos antagônicos.

Já a política é exercida em grupos antagônicos, os quais têm interesses excludentes e sua dimensão educativa está nos embates e discussões, em que se pode “vencer” os indivíduos a se aliarem e validar a causa defendida (SAVIANI, 1989). O autor também ressalta que a prática educativa está presente na essência da humanidade, em que há a transmissão de conhecimentos de uma geração para outra. Contudo, a política é característica da sociedade capitalista, pois permeia a luta de classes e os interesses excludentes que nela são disputados.

O autor, portanto, esclarece que em uma sociedade de classes a educação se mostra subordinada à política e sem condições materiais para a realização de uma verdadeira prática educativa, pois os interesses em jogo sempre serão referentes às lutas da classe dominante sobre a classe dominada, em lugar de uma ação em prol ao desenvolvimento da humanidade. Diante disso, a classe dominante sempre buscará dissolver a educação para que os conhecimentos historicamente acumulados não cheguem aos dominados e percebam a dominação de que lhes é imposta (SAVIANI, 1989). Assim, o autor defende que: “De tudo o que foi dito conclui-se

que a importância da política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É, pois, realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política” (SAVIANI, 1989, p. 98).

Em sua pesquisa científica, Ramos (2017) aponta para a vinculação da política com a educação. Nesse caso, a autora traz essa vinculação para a discussão de que se deve ou não debater sobre política na escola. A autora esclarece que o movimento de desvinculação de discussões políticas em sala de aula é uma iniciativa conjunta de estudantes e familiares preocupados com a contaminação político-ideológica das escolas brasileiras (RAMOS, 2017). Além desse movimento defender que existe uma doutrinação política e ideológica e um sequestro de um suposto direito a essa doutrinação por parte dos pais de alunos, mediante a convicção dos próprios pais. A autora coloca que os propositores se expressam de maneira arrogante, sem respeito, sem ética para com os professores e a sociedade. Disseminam mensagens supostamente neutras, mas que carregam o caráter de perseguição, repressão e violência contra os docentes. Aponta que na realidade se trata de uma maneira de legitimar a coação de professores e outras brutalidades contra os mesmos, contra o estado de direito e contra a liberdade cátedra do professor incorrendo em queda na qualidade da formação de todos os envolvidos. Outro apontamento é contra a formação de um indivíduo autônomo intelectualmente, que entende diferentes âmbitos das complexas relações sociais, entre os sujeitos e entre os sujeitos e os poderes, para poderem discernir sobre as políticas públicas a eles destinadas, bem como compreender toda a estrutura que fundamenta a práxis política dentro e fora da escola. Esse discernimento é importante para serem atuantes na comunidade em que vivem, bem como saberem se defender de promessas e falsos discursos onde os mais ignorantes são levados a acreditar e pior, apoiar (RAMOS, 2017, p. 75 – 76).

[...] discutimos que a proposta é, na verdade, de uma “escola partida”. Isto porque, se educação e política podem ser vistos como “irmãos siameses”, isto é, como uma relação de unidade, mas não de identidade, ao tentar separá-los, querem sacrificar a política, supostamente salvando a educação. Porém, este ser sobrevivente, como não pode viver sem a unidade que o constitui, retém a face desfigurada do irmão sacrificado: a doutrina conservadora (RAMOS, 2017, p. 77).

Na verdade, utilizamos as contribuições dos estudos de Saviani (1989) sobre a vinculação da educação com a política, o combate à afirmação de que a própria educação é um ato político. Se assim o tivessem feito, saberiam que essa manchete, teria surgido da ideia

anterior que se embasava na premissa de uma educação estritamente técnica-pedagógica, ou seja, completamente separada da esfera política.

Nesse contexto, o autor aponta para um problema surgido da manchete ou frase conceitual, o de abarcar intrinsecamente uma espécie de fusão entre as duas áreas distintas, porém ligadas, inseparavelmente, como contribui seu estudo. A particularidade do ato educativo carrega em si a sua função política, ou seja, para que haja ensino-aprendizagem o professor com o aluno e, a nosso ver, juntamente com todos os envolvidos (primeiramente na própria instituição, para seguir pela diretoria regional, estadual e até federal, que deve ou deveria ser, o ensino público no Brasil) deveriam trabalhar como não-antagônicos, com não-antagonismos. O professor precisa da confiança do aluno e de todos os agentes educacionais. A sociedade urge saber que é necessário ao ato educativo o entendimento de que o docente está naquela classe para favorecer o aluno, para servi-lo propriamente, isso no que toca a aquisição de saberes e culturas historicamente construídas (SAVIANI, 2017).

Já em política o tipo de articulação que se vê, segundo Saviani (1989), são do que ele chama de antagônicos, reciprocamente. Ou seja, é um contra o outro e que vença o melhor. Essa ótica só retira algo educativo de seu trabalho, hoje midiático, de propaganda e quando vence o outro e, portanto, o domina, pois garante a si o ato da “verdade”, de algo que o sujeito foi vencido e de alguma maneira passa a repetir como verdade para si. Não obstante no ato educativo, mas somente quando este cumpre sua função estritamente pedagógica, é que então emerge sua função política (SAVIANI, 2017)

Nos estudos de Martins (2010) é considerado que um dos legados do século XX para a formação de professores é o aguçamento da sobreposição das exigências hegemônicas da sociedade que se referem mais especificamente ao produto da investigação dos elementos condicionantes que se fazem presentes na formação de determinada função profissional. Portanto, no que diz respeito à formação do professorado isso é fatal, pois o resultado do emprego da educação deverá ser a “humanização dos indivíduos”, por seu lado, para sua concretização, necessita a intermediação da característica humana do docente. Martins (2010) aponta, em outro estudo, o intuito principal dos processos educacionais que é a modificação do indivíduo, com a meta de alcançar um modelo elevado de humanização, no emergir de potenciais vivos fundamentais à atividade criadora, para que, assim, seja paulatinamente transformadora das próprias pessoas e, também, da própria conjuntura proposital que apoiam sua realidade social.

Martins (2010) traça uma linha histórica e cita o final das décadas de 1960 e 1970, quando acontece uma contraposição do modelo de administração Taylorista-fordista, um

modelo de administração empresarial onde a população não tem acesso ao que produz, um modelo que procura a todo custo evitar o desperdício de tempo e aumentar lucros dos meios de produção. Dessa maneira, “[...] quando a ordem social subjuga-se de modo absoluto aos ditames da acumulação flexível, as demandas pela formação do indivíduo apto a adequar-se a esses novos tempos, obviamente, recaem sobre a educação escolar” (MARTINS, 2010, p. 17).

Diante disso, as ideias e os ideais da manipulação do capital humano tornam-se característicos ou próprios e se sobrepõem ao ensino em sua completude. Assim a escola absorve em seu cotidiano o pragmatismo e realça métodos e técnicas para sublinhar o caráter maquinário das funções. Os trabalhadores precisavam ser adequados aos novos postos de trabalho e isso em detrimento à educação escolar universal.

A autora coloca que a valorização do professor aliado a sua trajetória identitária faz parte de discursos do ideário do “aprender a aprender” que, explicitando os processos, formativos destacam as vivências, a trajetória e a construção da identidade. Contudo Martins (2010) coloca que esses elementos não são ruins por si, mas sim por, em elo com esse olhar, colocarem a “objetividade” em detrimento da “subjetividade”, a “racionalidade técnica” em detrimento da “formação pessoal”. Considerando essas propostas negativas para a educação escolar: “A referida valorização, portanto, demanda reconhecer a formação e o trabalho do professor em toda sua complexidade como, fundamentalmente, condição para a plena humanização dos indivíduos, sejam eles alunos, sejam professores” (MARTINS, 2010, p. 28).

Para Fernandes (2019), a formação política é fundamental para o desenvolvimento da docência. O autor esclarece que atuar na educação é atuar para a mudança. Mesmo que se tenha diferentes posturas diante da realidade social, Fernandes (2019) acredita que o processo de mudança é necessário e parte integrante do desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, ressalta que a formação política deve compor a formação docente, pois essa profissão recebe muitas influências econômicas e políticas que buscam impor suas concepções sobre a educação.

Então, faz parte da situação de um país subdesenvolvido a existência de uma infinidade de situações nas quais o professor precisa estar “armado” de uma consciência política penetrante. Ele é uma pessoa que está em tensão política permanente com a realidade e só pode atuar sobre essa realidade se for capaz de perceber isso politicamente (FERNANDES, 2019, 82).

A percepção política da realidade pode auxiliar os professores a compreenderem as causas de suas condições de trabalho. Com o estudo de Ferreira Júnior e Bittar (2006) percebemos que a profissão docente passou por um processo de proletarização no Brasil. Esse processo ocorreu a partir da ação governamental da ditadura militar que expandiu

quantitativamente a educação pública em meio a um arrocho salarial. Essa situação, portanto, promoveu uma precarização das condições de trabalho e da formação docente para atender a proposta de uma educação para a massa trabalhadora (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2006).

O processo de proletarização indica a presença da alienação no trabalho docente. Quando se há o interesse de atender as demandas capitalistas de mercado e se promove uma educação voltada para a massa trabalhadora, o professor perde a sua autonomia sobre o conhecimento e sobre a condução do processo didático. Dessa forma, Lima, Weber e Martini (2008) destacam que

[...] uma vez que o trabalho docente mostra-se um trabalho sem criação, sem transformação, alienando a si mesmo e, conseqüentemente, a seus alunos. Pode-se pensar que este trabalho alienado não é resultado apenas do educador, mas de toda uma ideologia opressora que perpassa a escola e o trabalho docente (LIMA; WEBER; MARTINI, 2008, p. 18).

A defesa de Lima; Weber e Martini (2008) indica que a alienação no trabalho ocorre por fatores sociais externos à escola. Isso ocorre porque a escola é um espaço que representa as aspirações sobre o futuro da sociedade e projetos pessoais dos agentes envolvidos na escola. Almeida e Boschetti (2013) acreditam que a docência se torna um fato educacional e é preciso aliar o respeito, a solidariedade, a amizade e a conquista de direitos para promover a humanização. As práticas políticas de superação de desigualdades, segundo as autoras, são incentivos para desenvolver a cidadania e dar sentido à prática docente.

Para a ação docente ser pautada em um projeto político de emancipação social, é preciso que ele entenda o que é estar engajado nos movimentos sociais, participe sindicalmente, demonstre para os alunos que sua prática condiz com seu discurso de transformação social, despertando a consciência coletiva dos educandos para a conquista da cidadania, que só acontecerá através das lutas sociais (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2013, p. 278).

Assim, percebemos que a educação recebe diferentes desdobramentos da política. A partir dos estudos trazidos nessa seção, verificamos que os propósitos educacionais estão atrelados com a organização da sociedade, envolvendo a relação com o ser humano, a qual se alia com a percepção política do ato educativo e da inserção em um cenário social. Além disso, foi discutido a importância da formação política para os professores terem condições de analisar a realidade social e atrelar os processos educativos para a mudança. Também foi apontado como as condições de trabalho docente também se referem aos propósitos políticos vigentes, como também a relevância dos professores se engajarem com movimentos sociais a fim de se

tornarem exemplos de cidadania. Diante desses apontamentos, a próxima seção irá apresentar o sindicato investigado com uma breve descrição de sua história e finalidades.

4. O SINDICATO NA FORMAÇÃO POLÍTICA DOCENTE

Essa seção se propõe a trazer um breve histórico do sindicato estudado nessa pesquisa. Diante de várias atuações, trouxemos o movimento e a primeira greve que ocorreram na década de 1970 e que influenciaram a perspectiva da APEOESP. As informações contidas nos apontamentos históricos da entidade sindical estão disponíveis no site do “Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo”. Também apresentamos as finalidades e princípios organizativos presentes no estatuto da APEOESP.

4.1 Histórico da APEOESP: breves apontamentos

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) iniciou suas atividades no dia 13 de janeiro de 1945, no município de São Carlos. A princípio, o nome era Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo (APESNOESP), posteriormente denominado Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).

Nos primeiros 33 anos, a associação sindical teve um caráter assistencialista em sua atuação. Nesse sentido, as lutas da categoria eram encaminhadas ao departamento jurídico, principalmente quando se instaurou a Ditadura Militar no Brasil (1964-1984). Na fase de ditadura o sindicato se manteve acomodado e adaptado ao regime, contudo foram nos anos de 1976 e 1977 que iniciaram os movimentos que trouxeram uma mudança na direção da APEOESP.

O movimento de organização começou liderado pelos professores que participavam do Movimento de União dos Professores (MUP) e ao Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP). Apesar desses professores estarem vinculados com a educação privada, suas reivindicações se engajaram com a luta pela retomada do movimento da categoria. Ambos tinham propostas sindicais e mantinham atividades conjuntas, como as coletas de assinatura e solicitação de uma assembleia para discussão das reivindicações.

Em maio de 1977 foi realizada a assembleia que aprovou a criação de uma comissão aberta. Além da diretoria da APEOESP, houve uma alta participação de professores que comporam a comissão e tiveram a responsabilidade de encaminhar as decisões da assembleia e promover discussões junto à categoria. Essa responsabilidade foi distribuída entre os professores a partir de suas regiões de trabalho, constituindo na semente do que é hoje as regionais da Grande São Paulo.

Como mencionado, a APEOESP se manteve adaptada ao regime militar. Dessa maneira, Rubens Bernardo (na época, presidente do sindicato), denunciou alguns membros do MUB e do MOAB à repressão do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Além disso, realizou durante o recesso escolar uma assembleia em Lucélia (divisa com o Mato Grosso do Sul), convocada por meio do “Diário Oficial do Estado”, no espaço reservado à Secretaria de Obras. Portanto, apenas 27 professores compareceram e deliberaram alterações estatutárias. A primeira alteração se refere à convocação da assembleia que só poderia ser aprovada por um terço dos associados (na época, era mais de mil sócios). A segunda mudança foi a exigência de um quórum mínimo de mil sócios, identificados com R.G. e assinatura para assembleia ser legal. E, finalmente, aprovou-se um prazo mínimo de três anos ininterruptos de associação para que o professor pudesse candidatar-se à diretoria. Esta exigência tinha por objetivo impossibilitar que as novas lideranças viessem a ser eleitas.

Em 1978, a situação da categoria docentes se torna cada vez mais insustentável. O trabalho de Ferreira Júnior e Bittar (2006) evidencia como as condições de trabalho dos professores se deterioraram na década de 1970, como a exemplo da significativa redução salarial. Essa situação propiciou a realização da Comissão Aberta, uma assembleia geral, com mais de dois mil professores. A primeira greve dos professores foi deflagrada nessa comissão, no dia 19 de agosto, sem a participação da Diretoria da APEOESP. Foram 24 dias de greve e a principal reivindicação, o reajuste salarial de 20%, foi conquistado. Apesar da Polícia Federal ter proibido as emissoras de rádio e de televisão de noticiarem a paralisação, a greve teve repercussões em todo o Estado.

Ao final da greve, houve um trabalho de constituição de uma chapa para concorrer às eleições da APEOESP em 1979. Em janeiro do ano seguinte, quatro chapas estavam prontas e registradas. A chapa da Comissão Pró-Entidade Única (CPEU), que era o Comando Geral da Greve, lutou pela formação de uma Comissão Eleitoral, pois a diretoria não tinha intenção de encaminhar o processo de eleições. Esta comissão convocou uma assembleia para abril de 1979, já na gestão de Paulo Maluf. Nessa situação, outra greve foi deflagrada, com duração de 39 dias.

Vencendo as eleições, a chapa da CPEU só conseguiu tomar posse com liminar da Justiça, no dia 10 de maio de 1979. Foram muitas tentativas do governo estadual para minimizar as ações da APEOESP, porém a entidade continuou crescendo e tendo conquistas importantes na década seguinte.

Nesse sentido, foi a partir da greve de 79 que os professores se conscientizaram da necessidade da mobilização e organização. Portanto, várias regiões começaram eleger

representantes para fazer parte das reuniões estaduais da entidade. Com esses representantes se formou o que hoje conhecemos por Conselho Estadual de Representantes (CER). Outro passo de suma importância que se deu nesse Congresso foi à aprovação do novo Estatuto da APEOESP.

A partir daquele ano (1979), a APEOESP deixou de ser uma entidade assistencialista da categoria para se transformar em uma entidade combativa, se tornando uma das mais representativas entidades sindicais do país. Esse novo caráter combativo é necessário para os professores da rede pública, pois, muito diferente de outras categorias que todo ano têm datas base, não há garantia de negociação. Funcionário público só garante processo de negociação com muita organização e mobilização, o que justifica as razões dos atos públicos e das greves realizadas na trajetória do sindicato.

Por fim, ressaltamos que somente na Constituição de 1988 os funcionários públicos conquistaram o direito, ainda não regulamentado, de se organizar em sindicato. A partir disto, em 1990 a APEOESP alterou sua razão social para “Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo”, com a sigla oficial de “APEOESP - Sindicato Estadual”.. Vale destacar que a APEOESP, como associação, não tinha direito e, como sindicato, continua não recebendo - por opção - o imposto sindical.

Ferreira Júnior e Bittar (2006) concordam que as manifestações e as greves do final da década de 1970 foram fundamentais para transformar as associações dos professores “[...] em verdadeiros sindicatos que passaram a formular e organizar a luta por melhores condições de vida e de trabalho” (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2006, p. 1175). Apesar de não ter atingido o objetivo salarial, o movimento protagonizado pelos professores pode ser considerado um dos principais fatos contemporâneos da educação brasileira, pois trouxe a atenção para a nova realidade educacional provocada pelo regime militar.

Diante de um arrocho salarial e de uma expansão quantitativa das escolas públicas, Ferreira Júnior e Bittar (2006) esclarecem que os professores se encontravam em uma situação de precarização diante de uma educação para massas. Portanto, a luta sindical que ganhou destaque no final da década de 1970 foi a materialização das mudanças da profissão docente.

4.2 APEOESP: finalidades e princípios organizativos

A entidade APEOESP - Sindicato Estadual propõe a organizar e representar os docentes e especialistas em educação das redes estadual e municipais. A abrangência é estadual com base no território de São Paulo para a categoria diferenciada dos trabalhadores docentes e

especialistas em educação das redes públicas oficiais dos municípios do Estado de São Paulo. Não possui fins lucrativos e, com isso, não pode dividir ou distribuir lucros (SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

É esclarecido no estatuto (SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016) que não há discriminação de raça, credo religioso, gênero ou convicção política ou ideológica. A APEOESP é uma entidade de caráter sindical, assentada nos princípios insertos no artigo 8º da Constituição da República, com duração por prazo indeterminado. A entidade tem sede e foro na capital do Estado de São Paulo e integra docentes e especialistas em educação das redes estadual e municipais do referido Estado (SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

A APEOESP tem por finalidade:

- a) defender os interesses e direitos, individuais e coletivos da categoria profissional que representa, inclusive nas instâncias judiciais e administrativas competentes;
- b) desenvolver e organizar encaminhamentos conjuntos visando à unidade e à unificação de todas as entidades representativas dos trabalhadores em Educação, no âmbito do Ensino Público;
- c) lutar, juntamente com outros setores da população, pela melhoria do ensino, em particular pelo ensino público e gratuito, em todos os níveis;
- d) manter intercâmbio e convênios com organizações de caráter sindical, educacional ou cultural, nacionais e estrangeiras, sobre assuntos de interesse da categoria;
- e) lutar, ao lado de outros trabalhadores, por liberdade de organização, manifestação e expressão para todos os trabalhadores;
- f) lutar pela proteção do patrimônio artístico, histórico e cultural em sua base de atuação territorial, inclusive quando esta ação for complementar às demais finalidades tratadas nas alíneas “a” até “e” do presente artigo (SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

Essas finalidades de resistência e luta pelos interesses dos professores e da educação são essenciais diante da situação de proletarização da qual os docentes encontram em sua profissão. De acordo com Oliveira (2017), apesar da docência ser considerada atualmente como um trabalho “improdutivo” por não produzir mercadorias, a lógica capitalista de mercado tem sido introduzida nas escolas e, com isso, tem separado o professor da produção de conhecimento. A

perda de autonomia sobre o conhecimento e o serviço prestado da escola para a formação da classe trabalhadora têm acarretado a proletarização dos professores que precariza as condições materiais de trabalho. Dessa maneira, a categoria profissional docente é uma categoria de luta por sua posição social que podemos observar em manifestações e em greves.

O trabalho de Oliveira (2017), contudo, indica que há uma crise de coletividade e dificuldade em realizar e integrar efetivas greves na categoria docente. Nesse sentido, a APEOESP cumpre um importante papel em auxiliar na organização dos professores em vista à precarização dessa profissão.

Como princípios organizativos, as ações da APEOESP são orientadas a partir da independência e autonomia face às organizações e partidos políticos, organizações religiosas, entidades patronais e ao Estado; da revogabilidade dos mandatos individuais e coletivos; e pelo respeito à unidade e à democracia de base do movimento (SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

Almeida e Boschetti (2013) analisaram a atuação da APEOESP no período de 1985 a 2000 e identificaram, que entre as ações sindicais, os professores sentiam e discutiam a precarização das condições de trabalho. Portanto,

[...] compartilhavam com seus pares e refletiam, direta e objetivamente, sobre as questões educativas mais amplas, como qualidade de ensino, organização das estruturas escolares, recursos materiais e pedagógicos para o exercício de uma prática educativa que realmente fosse capaz de atingir aos ideais de formação pessoal e social (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2013, p. 266).

Percebemos, portanto, que entre as finalidades do sindicato não há a alusão à formação e/ou ao envolvimento de seus membros com a esfera política. Diante disso, para compreender o potencial formativo nas ações da APEOESP, utilizamos as contribuições de Gohn (2016) sobre a educação não formal. Segundo a autora, é comum a educação não formal não ser reconhecida como processo formativo por não ter a sistematização e normatização comuns da educação formal realizada em instituições escolares. Além disso, também é confundida com a educação informal referente aos processos socializadores na família e em diferentes ambientes, porém a educação não formal traz aspectos importantes em diferentes dimensões do aprendizado. Dimensões essas que se aproximam com as ações sindicais desenvolvidas e propostas pela APEOESP. Para Gohn (2016, p. 60), a educação não formal propicia

[...] a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de

habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem que os indivíduos façam uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

Ou seja, a educação não formal ocorre fora dos muros da escola e, em especial, em organizações, movimentos sociais, lutas identitárias e contra as desigualdes e a exclusão. O processo formativo, portanto, é uma somatória de aprendizados que ocorre também além de formações (iniciais e continuadas) sistematizadas, mas também a partir de experiências na participação social, cultural e política nos movimentos sociais. Dessa maneira, a educação não formal contribui por atuar no campo em que os indivíduos atuam como cidadãos, como no caso dos professores com a APEOESP. Quando os docentes se vinculam e participam das ações sindicais, há um processo em que se “[...] aglutina ideias e saberes produzidos pelo compartilhamento de experiências, produzindo conhecimento pela reflexão, faz o cruzamento entre saberes herdados e saberes novos adquiridos” (GOHN, 2016, p. 61).

Assim, como verificamos no histórico da entidade, a organização e representação na luta pelos direitos e interesses da categoria docente só ocorre quando há a conscientização de seus membros associados sobre a importância da política para o trabalho docente. Conscientização essa realizada a partir dos encaminhamentos das resoluções e dos debates realizados junto com os profissionais da categoria, ou seja, de uma troca de saberes característicos de uma educação não formal que se faz presente na movimentação social. Somente a partir dessa formação política, realizada a partir de uma educação não formal, que corroborou para que o professorado conseguisse se organizar e participar mais ativamente das ações sindicais.

A próxima seção irá descrever os caminhos metodológicos traçados para compreendermos a percepção política do professorado da rede estadual de ensino e como o sindicato tem atuado no desenvolvimento da formação e da carreira docente.

5. METODOLOGIA

No que toca nossos métodos para desenvolvermos o trabalho, buscou-se realizar a pesquisa qualitativa por nos ajudar a explorar o caráter formativo do sindicato dos professores. No que cabe a pesquisa ela vai procurar entender o conceito de política a partir dos estudos de Boaventura de Souza Santos, mais amplamente em nos intitulados “Epistemologias do Sul” (2009) e “A gramática do tempo: para uma nova cultura política” (2008) retiramos nosso conceito de política, não só políticas públicas, mas aquelas imbricadas nos seres coloniais e metropolitanos, conforme Santos(2009).

Sendo então a formação política base para a atuação mais consciente do professor em sala, conforme observado nos estudos de Saviani (1989) em que a educação e política são inseparáveis, pois uma mesma carga ambos conceitos, tanto educacional quanto político. O ato educacional carrega intrínseco a dimensão política e a política a dimensão educativa. Ambos indissociáveis porém se articulam de maneiras diferentes. E entender então que o sindicato tem sido um elo, muitas vezes o único, entre o professor e sua formação política docente nos moveu a estudar esse fenômeno.

A proposta da pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética (CAAE 14663819.2.0000.5504). O parecer (nº 3.981.364) se encontra nos anexos da dissertação.

5.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada na APEOESP, entidade sindical que se divide hierarquicamente em dois grandes níveis: Conselheiros Regionais e Estaduais (eleições a cada três anos.). São representantes das sub sedes locais. Parte do conselho de todo o Estado se reúne para deliberações quando não há assembleia, ou antecedendo as assembleias e após as reuniões de representantes de escolas. São setenta representantes das escolas, dois de cada, que se reúnem, ao menos, quatro vezes por ano, como confirma o diretor. Para discutir as demandas, os problemas, as reivindicações que os conselheiros estaduais levam para o Conselho Estadual em São Paulo.

Existe um segundo nível de direção da unidade: a diretoria, a diretoria colegiada e a diretoria executiva. A direção executiva é eleita a cada três anos junto com a eleição dos conselheiros regionais. Sendo assim o participante é um dos oito conselheiros representantes, que incorporam a região de São Carlos, Ibaté, Descalvado, Ribeirão Bonito, Dourados e Itirapina.

A APEOESP São Carlos fica sediada a rua Dom Pedro II, 852 - Vila Monteiro, São Carlos – SP, em uma estrutura que permite atendimento informativo de secretariado, espaço para atendimento de um grupo de advogados, espaço para reuniões, cozinha, banheiros e computadores para professores usarem esporadicamente. Além de material de áudio para manifestações e eventos do sindicato.

5.2 Instrumentos metodológicos

Para o desenvolvimento da investigação foram adotados os seguintes instrumentos:

a) Levantamento documental;

Gil (2002) esclarece que a pesquisa documental exige a consulta de arquivos/documentos públicos e/ou particulares. Severino (2007) também acrescenta que a fonte de documentos não precisa ser só constituída de textos impressos, mas que também podem ser pesquisado jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Além disso, os documentos podem ter sido elaborados durante ou após o fenômeno estudado (LAKATOS; MARCONI, 1991).

b) Levantamento bibliográfico;

Segundo Severino (2007), a realização da pesquisa bibliográfica é feita a partir de pesquisas anteriores disponíveis em livros, artigos e teses. Para Fontenelles e colaboradores (2009), essa modalidade de estudo fornece o suporte a todas as fases da pesquisa, pois auxilia na escolha do tema, na definição da questão da pesquisa, na determinação dos objetivos, na formulação das hipóteses, na fundamentação da justificativa e na elaboração do relatório final. Nesse sentido, o propósito do levantamento bibliográfico é de aproximar o pesquisador com as informações e conhecimentos que foram produzidos sobre um determinado assunto a ser pesquisado (LAKATOS; MARCONI, 1991).

c) Questionário;

O questionário foi elaborado a fim de compreender o envolvimento docente na APEOESP, bem como a concepção dos docentes sobre o papel do sindicato para a categoria profissional. A escolha pelo questionário possibilita uma melhor caracterização dos sujeitos (TRIVIÑOS, 1987). Os questionários online foram enviados aos setenta professores representantes das escolas no sindicato, que se reúnem para discutir as demandas do

professorado da rede do Estado na região (que, por sua vez também abarca, além de São Carlos, Ibaté, Descalvado, Ribeirão Bonito, Dourados e Itirapina). Através destes setenta é que são levantados os principais problemas e reivindicações que são levadas para o conselho de nível estadual na capital do estado.

d) Entrevista;

A entrevista semiestruturada, elaborada a partir de questionamentos fundamentados em teorias e nas respostas ao questionário aplicado anteriormente. Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada ocasiona novas perguntas conforme as respostas obtidas no decorrer da entrevista, tornando-se uma boa indicação de instrumento de coleta de dados para a pesquisa qualitativa, enriquecendo a investigação ao possibilitar liberdade e espontaneidade necessárias ao informante (TRIVIÑOS, 1987).

Trabalha-se segundo a perspectiva de Günther (2006) onde explica que, a priori, o homem, e sua vida psíquica, faz parte do meio ambiente, ou seja, do mundo natural. Assim sendo, está em permanente relação com a natureza, faz parte dela, e com ela se articula. Progressivamente, portanto, o saber do ser humano se baseia em explicar e compreender. Interdependentes e inseparáveis.

De acordo com a natureza da pesquisa, o roteiro da entrevista semiestruturada terá um enfoque descritivo sobre a influência do sindicato na formação e desenvolvimento profissional dos professores, pois essa característica nos auxiliará a “descobrir os *significados* dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais” (TRIVIÑOS, 1987, p. 150, destaque do autor). Para essa etapa da pesquisa, será solicitada a participação do dirigente da subseção da APEOESP, de acordo com a disponibilidade do participante nessa etapa da pesquisa.

5.3 Procedimentos metodológicos

a) Levantamento documental formal e informal

O levantamento documental foi realizado em relatórios e documentos oficiais da APEOESP, visando o levantamento do seu histórico, objetivos e funcionamento. Também procuramos as propostas de formação aos professores e qual tem sido a participação docente nas atividades e reuniões do sindicato.

b) Levantamento bibliográfico

Neste momento elencamos algumas palavras chaves, tais como: Formação Política Docente; APEOESP; Política, Políticas Públicas Educacionais, entre outras. Quando levantamos quase uma centena de artigos sobre as palavras. Visitamos assim a base de dados da Capes, da Scielo, do Google Acadêmico e da própria UFSCar. Seleccionamos 74 artigos e realizamos a segunda triagem lendo títulos e resumos. Depois uma segunda lendo “Introdução” e “Considerações Finais”. Por fim, uma terceira triagem que foi realizada com a leitura completa dos artigos, elevando, desta forma, a relação desta tese com outras pesquisas.

c) Questionários

Os questionários foram elaborados por meio de “Formulários Google”, o que possibilitou o seu envio por emails e whatsapp. O próprio dirigente da sede da APESOESP São Carlos, o qual autorizou a realização da pesquisa, enviou os questionários para os setenta docentes que representam as escolas vinculadas ao sindicato.

O questionário ficou aberto para receber respostas no período de um mês. Antes de encerrar esse período, solicitamos um reenvio dos questionários a fim de alcançar maior participação dos professores. Ainda assim, recebemos sete respostas, ou seja, conseguimos o retorno de 10% dos questionários enviados. Dessa maneira, os questionários foram utilizados de forma disparadora e complementar aos demais instrumentos de coleta. Sua utilização nos deu parâmetros para determinar nosso foco e nos orientou os caminhos para a coleta efetiva com os instrumentos principais da pesquisa.

d) Entrevista

O representante estadual já era conhecido do autor desta pesquisa, que se mantém associado ativo no sindicato. Enviamos o convite oficial para a entrevista, que teve seu aceite. Dessa maneira, a coleta de dados foi marcada em um horário que o entrevistado estivesse no endereço do sindicato e pudesse responder a uma entrevista. O participante recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e assinou autorizando a divulgação dos dados da entrevista.

O roteiro de perguntas foi apresentado ao entrevistado para conhecer a estrutura da conversa. Foi esclarecido que, por se tratar de uma entrevista semiestruturada, poderia haver a introdução de outras perguntas conforme a pertinência. A entrevista durou trinta minutos, aproximadamente. O áudio foi gravado e transcrito para ser viável a organização e análise dos dados.

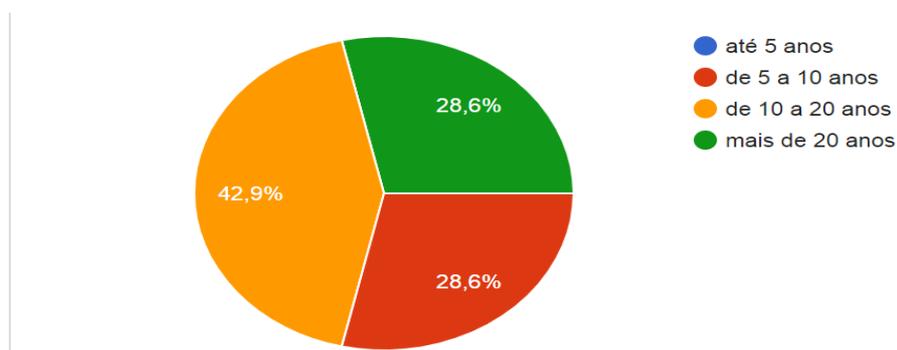
5.4 Os participantes da pesquisa

Em relação às características de nossos participantes dos questionários, identificamos que quatro são homens (57,1%) e três são mulheres (42,9%). A principal faixa etária dos docentes é de 41 a 50 anos, com um índice de 57,1%, sendo que o restante se refere a um participante de 20 a 30 anos, um de 31 a 40 e um com mais de 51 anos. Quatro professores (57,1%) se autodeclaram como branco, dois (28,6%) se consideram pardos e um participante (14,3%) se autodeclaram como indígena.

Sobre o estado civil, 42,9% dos participantes são casados e 14,3% estão em união estável, enquanto que 28,6% são solteiros e 14,3% são divorciados. A grande maioria (85,7%) têm filhos. Para esses participantes, há uma igual divisão (33,3%) entre os que têm um filho, dois e três filhos.

Os participantes são considerados experientes na carreira docente, pois é considerado professor iniciante quando se tem até cinco anos de atuação (TANCREDI, 2009). Nesse sentido, todos os participantes têm mais de cinco anos de carreira: 42,9% têm entre 10 e 20 anos, 28,6% têm entre 5 e 10 anos e 28,6% têm mais de 20 anos de atuação docente, conforme demonstra o gráfico 1:

Gráfico 1: Tempo de docência dos participantes



Fonte: Pesquisa de campo (elaboração do autor).

Atualmente, todos trabalham em escolas urbanas, sendo que a maioria (85,7%) se encontra em escolas de bairro e apenas um professor (14,3%) atua em em uma escola central. 42,9% trabalha em duas escolas e o mesmo índice de professores trabalham em uma escola. Apenas um docente indicou trabalhar em três escolas. No que se refere aos níveis escolares, 28.6% leciona nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 57,1% nos Anos Finais do Ensino Fundamental; 57% no Ensino Médio; e 14,3% na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para preservar a identidade do participante de nossa pesquisa, iremos mencioná-lo como “Representante”, devido à sua função de representante estadual na subsede do sindicato investigado. O participante é do sexo masculino, tem 54 anos e se autodeclara como pardo. É casado e tem dois filhos. Tem 34 anos de carreira docente, atualmente trabalha em duas escolas urbanas, em regiões centrais, nos Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio.

5.5 Discussão e análise dos resultados

A pesquisa apresenta caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa é um termo genérico para Bogdan e Biklen (1994) isso por reunir diversas estratégias de investigação, mas que compartilham certas características. Em relação a pessoas, locais e conversas os autores colocam que os dados são bem descritivos em uma investigação qualitativa. Com a finalidade de “investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16). A investigação qualitativa busca assim, compreender a essência presente nos comportamentos dos sujeitos da pesquisa segundo sua própria visão sobre si.

No que toca a pesquisa qualitativa os autores entendem como primordial a investigação *in loco* para obtenção direta de dados. Nesta pesquisa o campo de estudo o Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP).

Assim, procurou entender se a despolitização do professorado tem permitido ou quem sabe promovido o surgimento de políticas públicas contrárias aos ideais do ensino universal na sociedade contemporânea. Entender qual o significado que essas inserções têm para a formação política do professor de escola pública e para o livre desenvolvimento do indivíduo. Procurar pela importância que a formação política tem tido no meio escolar é de suma importância. O sentido que os sujeitos introduzem em suas experiências de vida e que buscamos classificar é essencial para a pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Desta forma os estudos de Alves (1991) apontam, embora entendendo a amplitude da diversidade de tradições e estratégias que carregam o título geral de pesquisa qualitativa, para

o dado de que os elementos que mais se repetem nestas diferentes tradições e estratégias se encontram na tradição da abordagem da hermenêutica (*verstehen*).

[...] Esta abordagem parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado (ALVES, 1991, p. 54).

Foi realizada a categorização dos dados e a listagem das respostas dos professores para os seus devidos entrecruzamentos. Conforme essas análises foram eleitas categorias de análise para a maior compreensão dos dados sobre o papel do sindicato na formação dos professores. Dessa maneira, a pesquisa buscou trazer a compreensão do impacto das ações formativas sindicais a partir de quatro categorias: “função do sindicato”, “condições do trabalho e envolvimento docente com o sindicato”, “a formação do professor” e “contribuições do sindicato”.

Os dados obtidos nas entrevistas foram categorizados a partir da proposta de análise de conteúdo de Bardin (1977). Segundo a autora, esse é um método empírico, dependente da fala dos sujeitos da pesquisa e da interpretação do pesquisador a partir do objetivo estabelecido. Para isso, isolaremos o conteúdo em categorias e subcategorias e iremos classificá-las de acordo com o que há de comum entre elas, para obter certa organização e representar os dados.

Portanto, acreditamos que esses referenciais metodológicos (ALVES, 1991; BARDIN, 1977; BOGDAN; BIKLEN, 1994) fornecem subsídios para a realização, compreensão e análise da pesquisa, abarcando as especificidades e característica da investigação. Além desses, os estudos de Santos (2009) também contribuirão para a análise dos dados coletados.

6. AÇÕES SINDICAIS E FORMATIVAS: ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES DO SINDICATO

Essa seção está destinada à apresentação dos principais dados obtidos pela pesquisa de campo. Expomos a organização dos dados que acreditamos que irão ajudar a responder a problemática da pesquisa. Os resultados foram discutidos a partir dos estudos levantados no decorrer da investigação a fim de situá-los com as produções de outras pesquisas sobre as contribuições do sindicato para a formação política do professor.

6.1 Função do sindicato

Segundo o Representante entrevistado, a principal função do sindicato é a ação de informar os professores sobre seus direitos e deveres na tentativa de esclarecer e ajudar no debate sobre as condições de trabalho e a relação da educação com a realidade político-social brasileira. Para Almeida e Boschetti (2013), essa atuação sindical é importante não apenas para os professores, mas para a sociedade:

Quando os professores se organizam e reivindicam direitos, como melhores salários e condições dignas de trabalho, estão exercendo a cidadania crítica, pois além de suas exigências, mostram para a sociedade um problema maior e que diz respeito a todos, que são as condições em que se está dando a formação das gerações futuras (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2013, p. 277).

O Representante acredita que esse debate é necessário para a categoria profissional para minimizar o processo alienante do trabalho:

[...] esse tema é até interessante, porque pode parecer para alguns que o trabalho do professor não é um trabalho alienante, como aquele trabalhador padrão, de uma linha de produção, ele aperta um parafuso, ajuda a montar um motor, no ponto de vista metalúrgico, mas na verdade todas as profissões, inclusive a nossa, ela tem algum grau de alienamento. Então muito das vezes o quê que acaba acontecendo?! O professor, ele acaba se adaptando a uma formalidade, a uma rotina que é o de preparador de aula, de analisar a sua sala, de voltar para o seu meio familiar, cuidar da situação da sua família e... ou seja, a rotina é como uma rotina de um trabalho de fábrica (Representante).

A fala do participante da pesquisa aponta para o processo de proletarianização que impactou a profissão docente. Ferreira Júnior e Bittar (2006) esclarecem que esse processo trouxe a perda de status social do professor e trouxe uma nova identidade profissional, a qual estava “[...] submetido às mesmas contradições socioeconômicas que determinavam a

existência material dos trabalhadores. Estavam plasmadas, assim, as condições que associariam o seu destino político à luta sindical dos demais trabalhadores” (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2006, p. 1167). Portanto, a profissão docente se encontra na mesma posição social dos demais trabalhadores proletários, os quais não detém os seus meios de produção e carregam um nível de alienação.

Lima, Weber e Martini (2008) defendem que o caráter alienante do trabalho do professor se torna mais forte quando esse profissional não busca se envolver no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, mas se preocupa em apenas “fazer o seu trabalho”. No caso da fala do participante da pesquisa, podemos entender que quando o professor se preocupa em seguir a rotina e ser um preparador de aula estará fortalecendo a alienação no seu trabalho.

O Representante chama a atenção para o caráter social da profissão docente. Como os professores com pessoas, no lugar de peças em fábricas, é preciso despertar para a “[...] interferência da realidade política nacional para a nossa condição de, inclusive enquanto educadores, sala de aula, na escola, como um ser social” (Representante). Da mesma maneira, Fernandes (2019) ressalta que se há o interesse em propor mudanças, é necessário que o professor compreenda e articule as dimensões social e educacional:

O professor não pode estar alheio a esta dimensão. Se ele quer mudança, tem de realizá-la nos dois níveis – dentro da escola e fora dela. Tem de fundir seu papel de educador ao seu papel de cidadão – e se for levado, por situação de interesses e por valores, a ser um conservador, um reformista ou um revolucionário, ele sempre estará fundindo os dois papéis (FERNANDES, 2019, p. 72-73).

Nesse sentido, o entrevistado ressalta para a importância dessa função do sindicato de romper com a rotina e estimular os docentes a refletirem sobre questões que são percebidas em nível nacional. É a partir desse exercício de reflexão que torna possível a mobilização:

A mobilização significa não só você dizer que vai lutar por determinadas reivindicações, mas vai mobilizar, inclusive, no ponto de vista das ideias. Propor que essas pessoas pensem, que essas pessoas reflitam, que essas pessoas proponham. Isso não é uma tarefa fácil. É até a tarefa mais difícil que a gente tem (Representante).

Segundo Fernandes (2019), é a formação política que propicia que o professor consiga enfrentar e compreender o seu papel. Sem essa formação específica o professor se torna um inocente e “[...] quanto mais inocente, mais acomodável e acomodado” (FERNANDES, 2019, p. 69). Portanto, acreditamos que a mobilização é uma atividade complexa que está além de

promover uma manifestação. A mobilização se refere a um envolvimento e convencimento diante de uma causa. Para isso, é preciso realizar ações como a planificação de reuniões, pautas, discussão, deliberação, criação ou não de comissões, criação de documentos e tantas outras ações que são elaboradas e participadas pela coletividade professoral.

Percebemos que essas ações compõem uma formação continuada. Apesar de não haver uma sistematização educacional, como ocorre em atividades didáticas escolares (GOHN, 2016), ocorre uma formação não formal nas ações de mobilização do sindicato. Marques e Freitas (2017) esclarecem que a educação não formal é a que ocorre fora do ambiente educacional institucionalizado, ou seja, fora do espaço formal da escola. As autoras acrescentam que a educação não formal é realizada em espaços “feitos para o efeito” (MARQUES; FREITAS, 2017, p. 1099), locais preparados para propiciar ações educativas, como museus e zoológicos, inclusive em espaços de ações coletivas que acompanham as trajetórias das pessoas. Além disso, o trabalho de Gohn (2016) ressalta que a educação não formal se faz presente em movimentos sociais a partir de diálogos tematizados.

No nosso caso, entendemos que a APEOESP pode ser um espaço de ações coletivas que promovem uma educação não formal, na qual o processo formativo e a intencionalidade educativa são mais flexíveis e de forma voluntária. Ainda assim, os aprendizados ocorrem quando se há uma proposta de ação, de participação, de aprendizado e transmissão de conhecimento ou de troca de saberes (MARQUES; FREITAS, 2017). Essas ações educativas se voltam para a formação política que é necessária para propiciar uma mobilização.

6.2 Condições de trabalho e envolvimento docente com o sindicato

Ao longo da entrevista, o Representante foi indicando a situação das condições de trabalho dos professores que atuam na rede estadual de ensino. Segundo o entrevistado, é comum encontrar professores que acumulam cargo devido à deterioração das condições de trabalho. O Representante ainda esclarece que a acumulação pode ocorrer quando o professor trabalha na rede estadual e em uma escola da rede privada, ou com a rede municipal, ou ainda com a própria rede estadual ao assumir aulas como professor contratado⁴ (considerado professor categoria “O”):

⁴ A menção sobre os professores contratados se refere à modalidade de contratação da Lei Complementar 1.093/2009 (SÃO PAULO, 2009). Para ser contratado e atuar na educação pública da rede estadual por um tempo determinado (somente durante o ano letivo), o professor precisa ser aprovado por um Processo Seletivo Simplificado. O professor contratado não tem os benefícios de um professor concursado efetivo; recebem apenas

[...] na medida em que as condições se deterioram, você força, você obriga esse profissional, para tentar ter um determinado nível de vida, a fazer esse esforço, certo?! Acumular cada vez mais. O governo estimula, quando criou a categoria “O” que é precário, ele abriu a brecha dizendo o seguinte: “o efetivo que quiser ser ‘O’, ele também pode ser ‘O’. Ele é efetivo e ainda pode ser precário. [...] Então o governo incentiva. Percebe como está a situação? Chega a ser estranho, né? Estranho e engraçado, mas nós enxergamos (Representante, grifo nosso).

A fala do participante aponta que o sindicato percebe as propostas de precarização docente para a educação na rede estadual. Destacamos o final da frase “nós enxergamos”, pois se há essa percepção significa que esse assunto já foi comentado, discutido para poder chegar a essa afirmação. Se houve a discussão sobre a profissão em relação à situação social, o sindicato proporcionou aspectos educativos na dimensão não-formal para promover a formação política dos professores.

O entrevistado acrescenta que a sobrecarga de trabalho corrobora com o caráter alienante do trabalho do professor, pois minimiza os momentos possíveis para a reflexão do trabalho:

Quem acumula no município, imagina, o professor ou a professora, na maior parte é professora, entra às 7h, às 11h30m está saindo do município, ou do Estado, depois às 12h30m está entrando no Estado para sair às 17h. Quando tem ATPC ela sai às 19h e vai para a casa, dorme. Imagina essa rotina? É uma coisa louca! [...] Então, imagina, qual é a condição que tem esse professor de pensar, de se aperfeiçoar, ter um senso crítico, entende? (Representante).

A fala do participante da pesquisa indica como a proletarização da profissão docente afeta os procedimentos contínuos de formação. Fernandes (2019, p. 81) também ressalta essa influência ao afirmar que “O professor que perde prestígio como profissional, perde renda e também perde tempo para adquirir cultura e melhorá-la, a fim de ser um cidadão ativo e exigente”. Dessa maneira, discussões como essas que são realizadas com os professores para propor alternativas para melhorar a situação educacional não são apenas atos políticos e sindicais, mas também são formativos ao auxiliar o docente a ter compreensão política sobre a sua prática profissional.

Outro elemento relatado pelo Representante sobre as condições de trabalho do professor se refere às dificuldades vinculadas com a própria atuação do sindicato. Diferentemente de

pelas horas trabalhadas e, para continuar trabalhando no ano letivo seguinte, precisam ser novamente aprovados no Processo Seletivo Simplificado.

outras profissões, o docente não tem um momento previsto em sua jornada para uma assembleia sindical, implicando para um trabalho mais árduo do sindicato para ter acesso ao diálogo com os professores:

[...] é diferente do que em uma fábrica, o trabalho sindical, porque lá você faz uma assembleia na fábrica e você pára a fábrica, ou pára a agência bancária. Para você conversar com os professores, olha só, você tenta usar dois espaços: um espaço depende da concessão do diretor, que é o ATPC, aquele tal de Aula Trabalho Pedagógico Coletivo, que nem sempre eles liberam. [...] E outro é o intervalo. O intervalo não pertence nem à escola ou ao Estado, pertence ao professor. Entende, não é horário de trabalho, é de descanso. Então nós que podemos entrar na escola, nesses quinze, vinte minutos, e tentar fazer um debate com eles. Então nós temos que passar unidade por unidade fazendo o debate (Representante).

Apesar das dificuldades de se realizar esse debate com os professores, o Representante ressalta a importância desse trabalho mesmo que em poucos minutos. Segundo o relato, é a partir dessa atuação que o docente tem a possibilidade de refletir sobre o seu trabalho: “Então se tem algum tempo para você fazer uma autocrítica e a crítica em relação ao próprio sistema talvez só seja nesses minutinhos” (Representante). Nos documentos históricos da APEOESP, que indicamos na quarta seção dessa dissertação, esses momentos de diálogos com os professores são essenciais para o sindicato, pois o servidor público só consegue melhorias em suas condições de trabalho e carreira a partir de mobilizações organizadas.

O Representante também acentua que o professor, muitas vezes, não tem tempo para ir ao sindicato, o que ocasiona o baixo envolvimento com o sindicato. Dessa forma, o envolvimento dos docentes é incentivado a partir da atuação sindical nas escolas:

Então quanto mais presente isso, mais fácil de você estimular a participação, porque aí, às vezes, o professor reconhece a importância de “Oh, os caras vieram aqui, me deram uma informação que eu não sabia”, então isso estimula o professor a participar (Representante).

O Representante ressalta, portanto, a importância de ir nas escolas para incentivar a participação e envolvimento dos professores com o sindicato. Apesar do participante relacionar esse ato de informação como um incentivo à participação, acreditamos que pode ser um momento educativo, mesmo a entidade não percebendo o potencial formativo presente nessa ação sindical. O trabalho de Almeida e Bochetti (2013) indica que as ações sindicais podem promover o debate e a reflexão sobre as condições de trabalho e a realidade educacional. Portanto, percebemos que as ações relatadas pelo participante da pesquisa apresentam um

caráter formativo, mas que o Representante ainda não percebia como educação não formal. Gohn (2016) pontua que o valor da compreensão dessa modalidade educacional, que também tem uma intencionalidade pedagógica e requer um método que valorize a vivência e o conhecido. Nesse sentido, percebemos que essa ação sindical poderia promover uma formação política mais profunda se for formalizada e planejada como proposta formativa a partir da educação não formal.

Além disso, o Representante ainda ressaltou que há uma ilusão de que os professores, por serem “letrados”, também seriam profissionais críticos. Contudo, os docentes são trabalhadores como em outras categorias profissionais, o que corrobora para a necessidade de atuar formativamente para desenvolver a criticidade, organização e sindicalização.

6.3 A formação do professor

Em relação à formação continuada, o Representante defende que todas as profissões necessitam de contínuo estudo e aprimoramento, pois esses elementos são próprios da profissionalização. Dessa maneira, “[...] a profissionalização implica a formação” (Representante). Contudo, o entrevistado aponta que a formação só tem uma efetividade na profissão quando se há condições para esse exercício, sendo que essa situação não é encontrada na carreira docente:

Um governo que diz que a culpa da situação da escola é do professor que é malformado, ao mesmo tempo em que as condições de trabalho para que ele possa cuidar dessa formação passa a ser cada vez pior. Portanto, se uma coisa corresponde à outra, é verdade que a deterioração da formação do professor, ela só vai se ampliar, na medida em que o governo não cumpre a parte dele que é cuidar da formação do professor (Representante).

Na subseção anterior, trouxemos os dados que indicavam que as condições de trabalho docente têm se precarizado. Essa precarização acarreta diferentes dificuldades tanto para os processos de ensino quanto à aprendizagem dos alunos. Neste cenário, o professor tem sido “[...] responsabilizado pelos males da educação. Acusados de exercerem uma prática ineficiente e de resistirem às inovações” (ALMEIDA, 2000, p. 1). Dessa maneira, destacamos a importância do professor se desenvolver politicamente e estar pronto a contrapor esse discurso de culpabilização docente e também de compreensão das forças político/ideológica que influenciam na educação.

Para o participante de nossa pesquisa, as condições de trabalho do professor estão tão difíceis que atrapalham e influenciam negativamente o desenvolvimento do trabalho e das referências trabalhistas do docente:

A condição é tão ruim, que ele acaba inclusive não sabendo mais o que é isso, que também tem a ver com a formação, o saber “qual é o meu direito? Eu posso paralisar? Eu tenho autonomia para dar aula ou eu não tenho?”, porque é um bombardeio de informações, entende? (Representante).

Percebemos que essas ações sindicais se aproximam de uma prática de educação não formal. Segundo Gohn (2016), a educação não formal propicia o aprendizado político dos direitos que os indivíduos têm como cidadãos, bem como a aprendizagem obtida por exercícios de práticas organizativas em prol de objetivos comunitários e para a compreensão do indivíduo com o mundo ao redor.

Essa forma de aprendizagem é importante, pois como Ferreira Júnior e Bittar (2006) apontam, a precarização do professor não se refere apenas às condições de trabalho, mas também impacta a formação docente. A expansão quantitativa da escola pública ocasionou um aligeiramento na formação desses profissionais e trouxe graves consequências culturais. Nesse sentido, acreditamos que a formação política pode ter sido prejudicada, inclusive, pela precarização da profissão que teve desdobramentos formativos.

O Representante também tem a compreensão de que o sindicato atua a partir de uma formação não formal, ou seja, “[...] a formação empírica mesmo, da sua experiência, e isso a entidade, na medida que ela forma, dizem que ela faz a reflexão, ela está ajudando na formação” (Representante). O Representante enfoca o conhecimento advindo da experiência porque as ações formativas do sindicato ocorrem a partir da demanda dos professores.

Fernandes (2019) esclarece que a prática é base para conseguir um pensamento político:

Pensar politicamente é alguma coisa que não se aprende fora da prática. Se o professor pensa que sua tarefa é ensinar o ABC e ignora a pessoa de seus estudantes e as condições em que vivem, obviamente não vai aprender a pensar politicamente ou talvez vá agir politicamente em termos conservadores, prendendo a sociedade aos laços do passado, ao subterrâneo da cultura e da economia (FERNANDES, 2019, p. 74).

Paula Júnior (2012) defende a importância da formação política para o desenvolvimento profissional do professor. O autor destaca alguns conceitos importantes para a profissão docente: a busca pela formação continuada e o interesse pelo desenvolvimento profissional são o que o autor identifica como profissionalidade. Já o profissionalismo se refere ao

comprometimento do profissional em lecionar e em cumprir as exigências da carreira. A docência, contudo, não se refere apenas a esses dois conceitos, mas também à concepção de profissionalização:

Esclarecendo essa proposta, a profissionalização no magistério está ligada diretamente às políticas públicas educacionais, ao contexto histórico vigente e a valorização da profissão docentes pelas políticas sociais. Com a profissionalização os professores também melhoram seu estatuto, aumentam seus rendimentos e reafirmam sua autonomia como intelectuais que ajudam na formação de cidadãos para o crescimento do país (PAULA JÚNIOR, 2012, p. 5).

Aprender a docência, portanto, também envolve aprendizados na dimensão política, compreendendo não apenas os deveres e direitos da carreira profissional, mas, principalmente a garantia deles com a compreensão crítica da conjuntura político-social que traz grandes impactos nas condições de trabalho e valorização profissional. O docente, enquanto profissional reflexivo, precisa analisar criticamente o contexto em que seu trabalho está inserido para propiciar um ensino que favoreça a formação de cidadãos participativos na sociedade.

Além disso, a falta do espaço político produz um professor desinteressado e com pouco profissionalismo diante de seus alunos, o que acarreta na perda de significado de seu trabalho. (SOUZA, 1993). O desenvolvimento profissional na dimensão política, contudo, não é ofertado nos cursos de formação básica, como aborda Santos (2017) e também em qualquer proposta de formação continuada para professores. Para esse desenvolvimento, Almeida (2000) aponta a importância do sindicato para a formação coletiva e organizada para o docente, pois neste espaço são promovidas discussões sobre o contexto e o significado da atuação profissional.

Segundo o participante de nossa pesquisa, são realizadas reuniões no sindicato com discussões sobre situações que acontecem no cotidiano escolar. O Representante exemplificou com os temas de violência escolar e a saúde do professor, temas esses que surgiram em determinados casos que aconteceram nas escolas. Os temas são aprofundados com estudos e materiais fornecidos pelo sindicato para, depois, realizarem reuniões para os docentes realizarem debates. O Representante ainda apontou que essas reuniões são abertas e os convites são enviados para todos os professores das escolas vinculadas à subseção.

O estudo de Almeida e Boschetti (2013) sobre a atuação da APEOESP no final do século XX também apontou a existência de ações formativas. Por essa entidade valorizar a cultura popular, o pluralismo de ideias e a transformação social, a APEOESP acredita que a escola deve estar a serviço da comunidade e privilegiar a formação da consciência crítica. Nesse sentido, Almeida e Boschetti (2013) ressaltam que:

Coerente com sua concepção de educação, a APEOESP tomou a iniciativa de organizar cursos e atividades educativas entre os professores, para que estes pudessem estar discutindo democraticamente sobre qual educação interessa para a maioria da população. De acordo com a APEOESP, essa prática melhoraria a formação profissional dos docentes em todos os sentidos e caminharia no sentido de democratizar a escola pública, normalmente tratada de forma autoritária, recebendo os projetos educacionais do governo de forma vertical, sem discussão com os docentes (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2013, p. 275).

Segundo Almeida (2000), os sindicatos têm as funções de articular os movimentos de defesa dos interesses da docência e educacionais mais amplos; propostas de formação; resgate da valorização docente, principalmente diante da culpabilização do professor e das más condições de trabalho; além da construção do sujeito coletivo:

Na medida em que o sindicato propicia o desencadeamento de um conjunto de relações, que se tecem no interior da categoria, e se coloca como mobilizador de articulações e organizações por locais de trabalho, ele leva os professores a vivenciarem experiências políticas fundamentais para a constituição de sua identidade profissional (ALMEIDA, 2000, p. 4).

Como os sindicatos são regidos por princípios e práticas democráticas, os professores têm a possibilidade de participar de ações formadoras próximas às suas reais necessidades. A partir dos estudos de Almeida (2000), foi demonstrado os trabalhos e propostas dos sindicatos em relação à formação profissional, em que a articulação ocorre entre as dimensões técnico-pedagógica e político-sindical, buscando “contribuir na constituição de uma nova identidade profissional, capaz de responder às condições que permeiam a profissionalidade docente” (ALMEIDA, 2000, p. 6).

Acreditamos que essas reuniões abertas do sindicato são componentes de uma educação não formal (GOHN, 2016; MARQUES; FREITAS, 2017) que demonstra o olhar do sindicato que está atendo com o que ocorre na escola. Portanto, atua contribuindo com a formação política a partir de temas específicos presentes no cotidiano escolar para atingir uma compreensão política mais ampla, que se relaciona com outros âmbitos da sociedade.

Vale ainda acrescentar que, por valorizar a vivência e a reprodução do que é conhecido pelos indivíduos participantes, a formação propiciada pelo sindicato se caracteriza com a metodologia de uma educação não formal, como é esclarecido por Gohn (2016, p. 64):

O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências,

desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto, no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas. Supõe a existência da motivação das pessoas que participam. Não se subordina às estruturas burocráticas. É dinâmica. Visa à formação integral dos indivíduos. Nesse sentido, tem um caráter humanista. Ambiente não formal e mensagens veiculadas educação não formal nas instituições sociais “falam ou fazem chamamentos” às pessoas e aos coletivos, e geram nestes a motivação.

Dessa maneira, percebemos que o sindicato tem um potencial educativo e volta a sua atenção à escola, cumprindo o seu papel de entidade política coletiva que visa o bem comum de seus sindicalizados e de auxiliar em suas demandas.

Algumas parcerias são realizadas para potencializar os debates, como a colaboração de professores universitários que se voluntariaram a participar das reuniões e aprofundar o debate. Contudo, essas parcerias não são fixas.

Em relação à formação, o Representante reconhece a importância de aprofundar as demandas que permeiam o processo educativo e que surgem no cotidiano escolar com os estudos que estão sendo produzidos no campo educacional:

[...] o fato de estarmos na sala de aula não significa que nós sabemos tudo. Nós temos o conhecimento empírico, o conhecimento experimental. Assim como o pesquisador da universidade, o fato de ele ter pesquisado não significa que conseguiu cobrir tudo. Então ter o contato com a prática e da pesquisa, o resultado da pesquisa, eu acho que isso é importante. É uma forma muito legal da gente dar acesso a quem está na profissão de ideias, de definições, talvez novas que possam surgir e que são fatos recentes (Representante).

Percebemos, portanto, que na fala do Representante não há a valorização de um determinado conhecimento, mais especificamente aos saberes que o professor adquire na prática em relação aos saberes adquiridos na academia. Desta forma entendemos que todos os saberes são em si limitados e necessitamos buscar uma análise diferenciada que leve em consideração duas enunciações fundamentais da Ecologia de Saberes. A primeira (limites internos) se refere a relação e à interferência desses saberes no mundo. A segunda (limites externos) se baseia na identificação de diferentes interferências no mundo, advindas de outros saberes. Assim o representante fundamenta que o professor tem o saber empírico advindo da experiência em sala de aula enquanto a ciência poderia, em sua visão, dar conta de conceitos e novas discussões para a profissão docente.

Outra forma que o sindicato colabora com a formação do professor está relacionada com os materiais produzidos pela entidade. Segundo o Representante, materiais informativos são produzidos a fim de demonstrar para os docentes que o sindicato está presente, sobre os direitos e deveres da profissão e quais os procedimentos que o professor pode realizar em determinadas situações. Um exemplo foi sobre a situação de violência escolar em que o sindicato distribuiu cartilhas problematizando o assunto e informando os recursos que o sindicato tem e como pode ajudar os professores nessa situação.

6.4 Contribuições do sindicato

Em relação às contribuições que o sindicato pode propiciar aos professores, o Representante acredita que essas ações educativas não-formais auxiliam a formação dos professores e, com isso, também a formação política, pois é difícil separar essas instâncias. Segundo o Representante, as discussões levantadas no sindicato apresentam uma perspectiva diferenciada do que o professor recebe nas escolas, ou seja, é uma proposta de trazer um contraponto da visão e informações fornecidas no cotidiano escolar:

Então, violência, professor, metodologia de ensino versus inovações, então é culpa do professor. É isso, então precisamos saber “bom, até que ponto isso é culpa do professor”? Quem é que apresenta um ponto aqui que fala assim “as condições de trabalho, a imposição do número de alunos por sala de aula, a questão da heterogeneidade desses alunos na sala, os interesses que esses alunos têm, como é que um professor consegue controlar essa situação com 42 alunos, no ensino que é formal”? (Representante).

O Representante acrescenta afirmando que boa parte das propostas de formação continuada fornecidas pelas escolas e pelo Estado são semelhantes e direcionadas para a compreensão de que a instituição escolar deve ter um funcionamento próximo com o de uma empresa. Dessa maneira, a formação do aluno é entendida como um produto e é cobrado das escolas uma produtividade. Na opinião do Representante, essa perspectiva empresarial implica uma educação condicionada ao mercado de trabalho, formando os alunos para serem trabalhadores flexíveis, submissos e preparados para trabalhar em uma linha de produção.

Para Gohn (2016) a educação não formal que ocorre em organizações e movimentos sociais privilegia os aprendizados sobre a “leitura de mundo”, na qual os participantes refletem sobre as condições de trabalho, os pisos salariais, os modelos histórico e econômico, bem como a exploração dos trabalhadores. A autora destaca que em movimentos assim há uma

intencionalidade, objetivos e práticas, mesmo sem o caráter escolar no processo formativo, mas é operacionalizado em diálogos e manifestações de cultura.

A contribuição do sindicato, portanto, se refere à resistência dessa perspectiva empresarial que vem sendo imposta nas propostas de formação continuada, trazendo o contraponto: “Então nós temos que ter autores, nós temos que ter gente que debata criticamente em relação a isso e como resistir a isso. Tem que ser a entidade, eu acho que tem que ser a entidade que tem que fazer, é uma das obrigações que a entidade tem que fazer. Fazer a resistência” (Representante). Segundo Fernandes (2019), é a formação política que propicia que o professor compreenda o seu papel social frente tendências mercadológicas que prejudicam a educação. Sem essa formação específica o professor se torna um inocente e “[...] quanto mais inocente, mais acomodável e acomodado” (FERNANDES, 2019, p. 69).

Com essa fala, percebemos que a resistência às perspectivas que podem prejudicar a educação também é realizada a partir de ações educativas realizadas no sindicato. Apesar de se caracterizarem como formação não-formal, essas ações educativas podem ampliar a percepção dos professores sobre a sua posição profissional na sociedade, como é ressaltado pelo Representante:

O que a gente tenta fazer a todo momento é nesse exercício de tentar explicar, de tentar fazer que o professor se entenda como profissional e do que é educação, ou seja, o serviço social que a gente cumpre tem a ver com a forma como que a educação é tratada nacionalmente. Ou seja, saber que você tem um vínculo com o Estado e que o Estado tem uma intenção política naquilo e como você vai formar o aluno é importante que o professor entenda (Representante).

Para o Representante essa ação educativa é uma importante contribuição do sindicato para promover a criticidade e a capacidade reflexiva do professor. É a partir desse processo educativo que torna possível o engajamento dos professores com as reivindicações sindicais e com o discernimento sobre como o Estado pode favorecer os interesses econômicos acima dos interesses educacionais. Fernandes (2019, p.81) também indica que para propor mudanças e se contrapor aos interesses mercadológicos que são introduzidos na escola é preciso que o professor tenha “[...] instrumentos intelectuais para ser crítico diante dessa realidade e para, nessa realidade, desenvolver uma nova prática que vá além da escola”.

Além disso, Souza (1993) defende que quando os professores percebem a dimensão política de seu trabalho há um maior envolvimento com a escola, trazendo novas propostas coletivas que articulam os interesses comuns com uma nova percepção de si mesmo no processo

de formação dos alunos. Assim, a autora afirma que ignorar a ocupação política na escola reduz o professor ao isolamento e à fragmentação de péssimas condições de trabalho.

Para Almeida e Boschetti (2013), as ações sindicais de mobilização podem proporcionar essa nova compreensão da realidade, ajudando, inclusive, na atuação em sala de aula. Segundo os autores, as mobilizações sindicais podem trazer

[...] maior visão de mundo para os professores, possibilitando-os discutir em salas de aulas questões mais amplas, relacionadas a políticas salariais do país, organização dos trabalhadores, democracia na escola e na sociedade (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2013, p. 267).

Dessa maneira, o envolvimento do professor com o sindicato não se desdobra apenas no aperfeiçoamento, dignidade profissional e na qualidade do trabalho docente, mas demonstra a sua capacidade de organização e luta que podem servir de exemplos de cidadania para seus alunos (ALMEIDA; BOSCHETTI, 2013). Ressaltamos que o exercício da cidadania é uma das dimensões da educação não formal que auxilia na formação do indivíduo (GOHN, 2016).

Embora seja comum a percepção do sindicato estar vinculada aos movimentos de luta, esse espaço pode proporcionar processos formativos presentes em sua atuação sindical. O que percebemos com os dados obtidos na pesquisa é que existe uma dualidade: em alguns momentos o Representante tem consciência da dimensão formativa, como nos debates que ocorrem no sindicato, porém não traz a mesma compreensão quando se refere às demais ações sindicais, como às idas nas escolas para buscar o envolvimento dos docentes.

Assim, consideramos que o sindicato ora sabe que é formador e ora não se percebe como formador. Nosso estudo pretende chamar a atenção para essa dualidade com o sentido de fazer surgir de maneira mais robusta e evidente os atos formativos que nesse momento nos parecem estarem dormentes. Esses resultados, talvez, insurjam como ferramentas de inicialização para a saída dessa dormência. Dessa forma, acreditamos na importância de compreender e planejar intencionalmente as ações sindicais para que elas possam promover uma formação política mais profunda dos professores, formação essa imprescindível para se realizar uma mobilização. Além disso, a formação política e o engajamento dos professores contribuem para o enfrentamento da precarização da profissão, como também para a formação dos alunos para a cidadania. Portanto, saber como os sindicatos tem atuado para ampliar o acesso a uma formação política que dialoga com a realidade de sala de aula e com a do professor é de suma importância para a valorização docente frente às precárias condições de trabalho e para a formação dos estudantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tem por objetivo analisar, discutir e investigar a contribuição do sindicato para a formação política docente compondo o desenvolvimento profissional de professores efetivos da Educação Básica, atuantes na rede estadual de São Paulo, município de São Carlos. Para atender esse objetivo, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o representante estadual da APEOESP.

A princípio, buscamos compreender a importância da política para a vida a partir de uma revisão teórica apresentada na segunda seção dessa dissertação. Com esse estudo, identificamos que a política tem duas dimensões: a primeira em uma esfera maior que se refere às relações de poder e de organização da sociedade, e a segunda em uma esfera mais pessoal, relacionada à atribuição de valores na relação com uma outra pessoa.

Com o breve delineamento da APEOESP na quarta seção, realizado a partir da análise documental, percebemos que o envolvimento e a conscientização política do professorado é um elemento essencial para a entidade desenvolver as suas funções. Apesar de não estar formalizada as ações formativas, estas são realizadas nas ações diárias de encaminhamentos e discussões que os representantes fazem com os profissionais da categoria sindicalizada.

Esse envolvimento político que o sindicato vai realizando é importante não apenas para buscar melhorias para a profissão, mas para ter a clareza de que a educação recebe influência da política. Essa influência se refere aos propósitos educacionais que são traçados de acordo com a sociedade, à própria prática educativa que se baseia na relação entre pessoas, na possibilidade de compreender e ser atuante nos processos de mudanças sociais e nas condições de trabalho docente.

A partir dos dados obtidos pela entrevista, identificamos que o Representante percebe como parte das funções do sindicato auxiliar os professores a terem uma compreensão política de sua profissão. Também foi levantado a precarização das condições de trabalho que prejudicam o envolvimento e a formação continuada dos professores. Com a entrevista, identificamos que a subsede da APEOESP investigada nesse estudo propõe ações formativas na entidade e que acredita nas contribuições que o sindicato pode proporcionar para a carreira e formação docente.

Acreditamos que os processos formativos que ocorrem no sindicato podem ser considerados como uma educação não-formal que visa a formação política dos professores. Ao problematizar as ações cotidianas e a precarização das condições de trabalho, o sindicato auxilia

a compreensão das interferências políticas sobre a educação. Nesse sentido, proporcionar essa formação é fundamental para a organização de mobilizações.

Em relação às ações formativas, identificamos que há um dualismo na entidade sindical. À priori, são organizadas reuniões e debates sobre as demandas do cotidiano escolar que permeiam o trabalho do professor. A fim de trazer uma perspectiva diferente dos discursos políticos que culpabilizam os professores, o sindicato busca articular os conhecimentos da prática com os estudos científicos que trazem uma visão crítica sobre a realidade educacional. Compreendemos que essa forma de atuação, portanto, se aproxima da proposta de ecologia dos saberes que não valoriza apenas uma forma de saber, mas se baseia nos diferentes conhecimentos que podem advir sobre a realidade.

Em um segundo plano, entendemos que as ações sindicais que visam informar e envolver os professores com os movimentos sindicais também detém aspectos educativos, porém estas ações não são percebidas pelo sindicato como complementares à educação não-formal. Acreditamos que a aproximação da entidade com os professores e com a realidade da escola demonstra preocupação com a educação pública, com a formação dos trabalhadores considerados dominados pela opressão capitalista e pela mentalidade colonial. Nesse sentido, chamamos a atenção para o potencial das ações sindicais para formarem os docentes com uma compreensão política que se reverbera na escola e nas linhas abissais presentes nos valores e nas relações interpessoais. Ao compreender esse potencial formativo, as ações sindicais podem ser melhor planejadas com a intencionalidade pedagógica e promover uma formação política mais profunda e necessária para os professores.

Assim, em resposta às perguntas orientadoras desse estudo, o sindicato atua com propostas para a formação política a partir de uma educação não formal intencionalmente estruturada com reuniões e debates na entidade, como também nas diferentes ações sindicais que provocam e alertam os professores sobre a situação social da educação. As contribuições dessas atuações formativas podem auxiliar não apenas o engajamento nas mobilizações e movimentos sociais, mas também para a compreensão política sobre a profissão docente, sobre as possibilidades de mudança social, além de contribuir para a formação dos alunos para a cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antonio de Pádua; BOSCHETTI, Vania Regina. APEOESP e a mobilização dos professores paulistas (1985 a 2000). **Revista HISTEDBR On-line**, n. 54, p. 263-281, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640182> Acesso em: mai 2020.
- ALMEIDA, Maria Isabel de. Desenvolvimento profissional docente: uma atribuição que também é do sindicato. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0412t.PDF> Acesso em: mai. 2018.
- ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, p. 53-60, 1991.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Características da investigação qualitativa. In: _____. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. p. 47-51.
- BRECHT, BERTOLT. **Há homens que lutam um dia, e são bons**. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/1496/ha-homens-que-lutam-um-dia-e-sao-bons> Acesso em: jul. 2020.
- CAMPOS, Douglas Aparecido de. A avaliação da educação superior diante de uma colonialidade do saber e do poder: a participação política discente. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.22, n. 1, p. 179-199, 2017.
- CARMO, Erinaldo Ferreira et al. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, vol.95, no.240, p.304-327, Ago 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n240/04.pdf> Acesso em: out. 2019.
- CARVALHO, Juliyana Cardoso; MAKNAMARA, Marlécio; DANTAS, Daiane Lourene Soares. Memórias de vivências escolares traduzidas em necessidades formativas de futuros docentes de ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 3 a 6 de julho de 2017, XI ENPEC UfSC, Florianópolis, SC. **Anais...** 2017, p. 1-8. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R1425-1.pdf> Acesso em: nov. 2019.
- FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- FERREIRA, Vidal da Mota. **Professores engajados: concepções acerca da formação política**. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2017. Disponível em: <https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2015/dissertacoes/mpe/Vidal-da-Mota-Ferreira.pdf> Acesso em: out. 2018.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf> Acesso em: mai. 2020.

FIORIN, José Luiz. Língua, discurso e política. **Alea - Estudos Neolatinos**, v. 11 n. 1, p. 148-165, Jan./Jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-106X2009000100012&script=sci_arttext Acesso em: jul. 2018.

FONTENELLES, Mauro José, *et. al.* **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. 2009. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2009/v23n3/a1967.pdf> Acesso em: novembro 2019.

FREITAS, Carmen Laenia Almeida Maia de; *et. al.* Dermeval Saviani: um pouco de sua vida, algumas de suas obras. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v.4, n.2, p. 19-32, Jul./Dez., 2018. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/RIPPMAR/article/view/8656> Acesso em: jun. 2020.

GIANNOTTI, José Arthur. **A política no limite do pensar**. São Paulo: Companhia das Letras, Editora Schwarcz, 2014.

GIL, Antonio Carlos. Como delinear uma pesquisa bibliográfica? In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002. p. 59-92.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica**, v.18, n.39, p. 59-75, set./dez. 2016. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3615> Acesso em jun. 2020.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa. Esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 22 n.2, p. 201-210, Mai-Ago 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf> Acesso em: jan. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. In: _____. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991. p. 174-214.

LIMA, Maria Odila Finger Fernandes; WEBER, Daiana Klein; MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. Trabalho docente: um trabalho alienado? **Revista da FAGED**, n. 13, p.13-31, jan/jun 2008. Disponível: <https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/3204> Acesso em: abril 2020.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 4, 1087-1110, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v43n4/1517-9702-ep-S1517-9702201701151678.pdf> Acesso em: mai. 2020.

MARTINS, Lígia Márcia. **A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MARTINS, Lígia Márcia. O legado do século XX para a formação de professores. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (Orgs.) **Formação de Professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-32.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In:_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 79-90.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. 2ª ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. Precarização e resistência docente: memórias de greve e crise de mobilização na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. **Izquierdas**, n. 35, p. 287-317, set. 2017. Disponível em:

https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50492017000400287

Acesso em: mai. 2020.

PAULA JÚNIOR, Francisco Vicente de. Profissionalidade, profissionalização, profissionalismo e formação docente. **Scientia**. Ano 01, Edição 01, p.1-20, Jun/Nov 2012. Disponível em:

http://www.faculdade.flucianofejiao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/outros_artigos/Revista_area_AFIM_01.pdf Acesso em 12 abr 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73-118.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/0Bw_ptI_xxOGFMUM2RnJYNjdlRXM/view Acesso em: jul. 2018

ROCHA, Deise Ramos. **Os sentidos políticos atribuídos a educação escolar pelos professores iniciantes: continuidade, utopia, resistência e revolução**. 2016. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SALA, Mauro. Alienação e emancipação na transmissão do conhecimento escolar: um esboço preliminar. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (Orgs.) **Formação de Professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 83-97.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das lhas globais a ecologia dos sabers. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-72.

SÃO PAULO. Lei complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2009/lei.complementar-1093-16.07.2009.html> Acesso em: mai. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 1989.

SAVIANI, Dermeval. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Orgs.). **A crise da democracia brasileira.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 215-233.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Teoria e prática científica. In: _____. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. p. 99-126.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatuto da APEOESP.** Serra Negra, 2016. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/o-sindicato/estatuto-da-apeoesp/> Acesso em: mar. 2020.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. História - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/o-sindicato/historia/> Acesso em: mar. 2020.

SOUZA, Aparecida Neri de. **Sou professor, sim senhor!** Representações, sobre o trabalho docente, tecidas na politização do espaço escolar. 1993. 287 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli. Fases da carreira e necessidades formativas. In: _____. **Aprendizagem da docência e profissionalização:** elementos de uma reflexão. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 41-48.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Pesquisa Qualitativa. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-170.

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Profissionalização docente: o sindicato como espaço formativo

Pesquisador: Ramon Mattos Camara

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 14663819.2.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.981.364

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa visa analisar a dimensão política da formação do professorado da Educação Básica, especificamente o papel potencial do sindicato dos professores nesse processo. Nossa análise se concentrará nos professores da rede estadual de São Paulo, município de São Carlos. Para entender a participação do sindicato na formação dos professores, realizaremos tanto um levantamento bibliográfico sobre o assunto como pesquisaremos relatórios e documentos oficiais do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Ademais, enviaremos questionários online aos professores da rede estadual de ensino e realizaremos entrevistas semiestruturadas com os docentes que participam da APEOESP. Os dados serão tabulados e categorizados a partir da análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (1977). Potencialmente, nosso estudo poderá iluminar o interesse do sindicato na formação de novos professores, como seu envolvimento papel nessa formação é desempenhado e o reflexo disso na construção da identidade política dos professores.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral dessa pesquisa consiste em analisar a formação política do professorado e a contribuição do sindicato para esta formação compondo o desenvolvimento profissional de professores efetivos da Educação Básica, atuantes na rede estadual de São Paulo, município de São Carlos.

Para atender esse objetivo, essa investigação, especificamente, se propõe a:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 3.981.364

- Identificar diferentes elementos que compõem a formação política do professor de Ensino Médio da Rede Estadual Paulista em São Carlos
- Levantar o envolvimento do professor com o Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP) sede São Carlos;
- Levantar as propostas de formação docente ofertadas pelo sindicato;
- Identificar a concepção dos professores sobre papel do sindicato;
- Compreender a atuação do sindicato no desenvolvimento profissional dos docentes efetivos da rede estadual de São Paulo no município de São Carlos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A redação sobre os riscos e benefícios está correta.

Riscos:

Embasando-nos na Resolução CNS 466/12, entendemos que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, podendo afetar o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos, algum desconforto ou, ainda, dano à saúde do sujeito participante da pesquisa. No desenvolvimento desta pesquisa estamos atentos à preservação da integridade moral, intelectual, acadêmica, cultural, física e psicológica do voluntário.

Benefícios:

Espera-se que essa pesquisa favoreça a discussão sobre a formação política do professorado e do papel dessa formação nas políticas públicas educacionais. Dando visibilidade à dimensão da necessidade de valorização da formação política e do sindicato como respaldo necessário e articulado à dimensão econômica e social. Acreditamos que os dados obtidos serão pertinentes para conhecer elementos significativos para a educação e os estudantes. Além disso, a sua participação na pesquisa pode beneficiar o docente ao permitir a reflexão e melhor compreensão sobre suas dificuldades encontradas no cotidiano escolar em relação as inserções hierarquizadas advindas da governança neoliberal.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
 UF: SP Município: SAO CARLOS
 Telefone: (16)3351-9685 E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 3.981.364

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Incluída a documentação solicitada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados atendem aos critérios previstos na Resolução CNS 466/12

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1220245.pdf	18/03/2020 20:31:11		Aceito
Outros	Assinatura_APEOESP.pdf	18/03/2020 20:29:45	Ramon Mattos Camara	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Ramon.docx	18/03/2020 20:28:39	Ramon Mattos Camara	Aceito
Outros	Assinatura.pdf	22/05/2019 19:46:32	Ramon Mattos Camara	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Ramon.doc	22/05/2019 19:45:06	Ramon Mattos Camara	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	22/05/2019 19:43:30	Ramon Mattos Camara	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 20 de Abril de 2020

Assinado por:
ADRIANA SANCHES GARCIA DE ARAUJO
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
UF: SP Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9685 E-mail: cephumanos@ufscar.br

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) representante estadual.

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Profissionalização docente: o sindicato como espaço formativo”.

Essa pesquisa visa obter maior conhecimento a contribuição do sindicato para a formação política do professor da Educação Básica, atuantes na rede estadual de São Paulo, município de São Carlos. Ressaltamos que a e sua participação não é obrigatória e consistirá em uma entrevista que será gravada pelo pesquisador, terá duração média de 35 minutos e será realizada em um local e horário de sua disponibilidade.

Embasando-nos na Resolução CNS 466/12, entendemos que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, podendo afetar o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos, algum desconforto ou, ainda, dano à saúde do sujeito participante da pesquisa. No desenvolvimento desta pesquisa estamos atentos à preservação da integridade moral, intelectual, acadêmica, cultural, física e psicológica do voluntário. Informamos que caso você sinta qualquer desconforto ou constrangimento ao responder as questões apresentadas no questionário, caso não saiba as respostas ou não queira nos dar a informação solicitada, **ou ocorra qualquer tipo de prejuízo**, asseguramos a sua liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, deixando de participar do estudo sem que lhe acarrete em sansão ou dano de suas atividades. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador ou pela instituição, terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou para recusar-se a participar.

Esclarecemos que todas as informações contidas na pesquisa serão confidenciais e tratadas de forma anônima e sigilosa, mantendo a sua privacidade. Afirmamos também que a participação neste estudo não acarretará nenhuma despesa para você.

Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para o fortalecimento do sindicato como espaço formativo, ampliando a percepção da atuação dos sindicatos e demonstrando como estes podem favorecer a formação docente em sentido amplo, com propostas realmente próximas às demandas específicas dos professores e sobre questões educacionais. Se em algum momento você necessitar de maiores esclarecimentos relacionados à pesquisa, se tiver alguma

consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato conosco nos endereços abaixo citados.

Sua participação é de suma importância para a continuidade deste trabalho. Ao final da pesquisa, caso você queira ter conhecimento dos resultados finais do estudo, encaminharemos nossos resultados via online para seu endereço de email. Reafirmamos que seu nome não será divulgado e que o material que indique sua participação no estudo não será utilizado sem a sua permissão. Contando com a sua valiosa colaboração, agradeço pelo empenho, atenção e tempo dispensados.

Realizada a entrevista, solicitamos que seja entregue este **“TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO”**, devidamente assinado. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Cordialmente,

Ramon Mattos Câmara

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Telefone: (16)98231-8456
Email: ramonmattosc@gmail.com

Prof. Dr. Douglas Aparecido de Campos

Docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação - UFSCAR
Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR
E-mail: profdouglas.eg@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

Nome do (a) Professor (a):

Assinatura do (a) Professor (a):

Local: _____, _____ de _____ de 2018.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Quais são as funções de um sindicato para os professores?
- 2) Quais são as atividades que o sindicato convida os professores para participar?
- 3) Na sua opinião, os professores se envolvem com o sindicato?
- 4) Quais são as dificuldades para envolver os professores?
- 5) Quais são as contribuições que a APEOESP pode trazer para a carreira docente?
- 6) A APEOESP tem propostas de formação docente?
- 7) Há parcerias para o desenvolvimento dessas propostas?
- 8) Quais são os temas dessas propostas?
- 9) Quem escolhe esses temas?
- 10) Quais os referenciais teóricos que subsidiam essas propostas?
- 11) Quem ministra as propostas?
- 12) Onde elas são realizadas?
- 13) Utilizam materiais?
- 14) Qual é a frequência dos professores nessas propostas?
- 15) Há propostas de formação política?
- 16) Quais as contribuições para a formação política do professor?